

CAPITALISMO E PERSONIFICAÇÃO DO CAPITAL

Um Estudo sobre a "Tecnocracia"

SAMUEL KILSZTAJN

Tese de Mestrado sob a orientação
do Prof. Dr. Luiz Gonzaga de Mello
Belluzzo, apresentada ao Instituto
de Ciências Humanas da Universida-
de de Campinas.

Campinas, 1978

Uma Universidade vale pelo estímulo à produção intelectual que é capaz de alimentar - e somente aqueles que estão de fato dispostos a enfrentar os problemas que o real coloca e os empasses da própria teoria, conhecem este segredo que contamina os que nela ingressam. É neste sentido que este trabalho é fruto do esforço coletivo do DEFE. Agradeço a todos seus membros e, em particular, a Castro, Conceição, Ferdinando, João Manoel, Lessa e Luciano. A Belluzzo, cujas aulas magistrais de Teoria Econômica fizeram com que eu o procurasse para orientar esta tese.

Tese financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

CAPITALISMO E PERSONIFICAÇÃO DO CAPITAL

Um Estudo sobre a "Tecnocracia"

INTRODUÇÃO	5
PRIMEIRA PARTE	
A PERSONIFICAÇÃO DO CAPITAL NO CAPITALISMO CONCORRENCIAL	9
I MERCADORIA, CAPITAL E ACUMULAÇÃO	10
II PROPRIEDADE E DIREÇÃO	22
III PRIVILÉGIOS DO ELEMENTO PERSONIFICADOR	37
SEGUNDA PARTE	
CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL	42
I A CONCENTRAÇÃO E A CENTRALIZAÇÃO COMO FORÇA DE ATRAÇÃO ENTRE OS FRAGMENTOS DO CAPITAL SOCIAL	43
II A CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL DISPERSO - DO CRÉDITO À CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES POR AÇÕES	55
III MERCADO, MAGNITUDE E NÚMERO DE CAPITAIS INDEPENDENTES	64
TERCEIRA PARTE	
A PERSONIFICAÇÃO DO CAPITAL NO CAPITALISMO MONOPOLISTA	75
I GRANDE EMPRESA E DIREÇÃO - O DESDOBRAMENTO DAS FUNÇÕES DIRETIVAS	76
II PROPRIEDADE E DIREÇÃO - A DISSOCIAÇÃO CRESCENTE	80
III FUNÇÃO SOCIAL DA "TECNOCRACIA" - A SUBORDINAÇÃO EXPLÍCITA AO CAPITAL	86

IV	A "TECNOCRACIA": DUAS FONTES, DUAS CORRENTES	102
	1. O MODO DE PRODUÇÃO TECNOBUROCRÁTICO	102
	2. A DEMOCRATIZAÇÃO DO CAPITAL	110
	BIBLIOGRAFIA	114

INTRODUÇÃO

Dentre as principais controvérsias que se originaram nas primeiras décadas do século XX e que ainda mantêm uma atualidade indiscutível, destaca-se o problema da dissociação entre a propriedade e o controle do capital. Fruto do próprio movimento do capital em concentração e centralização, tal dissociação provocou, e vem sustentando, uma série de interpretações que vislumbram desde a substituição do sistema capitalista por uma sociedade tecnocrática até a socialização nos marcos da própria ordem capitalista.

Submersa em pântano, a discussão move-se em círculos. A crítica, em resposta aos teóricos da tecnocracia, advoga a continuidade do modo capitalista de produção, seja pela supremacia dos proprietários em relação a seus "caães de fila", seja pela fusão dos proprietários e altos funcionários numa nova camada de "ricos associados" que goza de "privilégios e prerrogativas".

O lodo em que mergulham apocalípticos, apologéticos e críticos, como não poderia deixar de ser, forma-se a partir da identificação do dirigente capitalista como sujeito do modo de produção capitalista. Para todos, o capitalismo move-se segundo a lógica de seus proprietários dirigentes e, portanto, a dissociação da propriedade e do controle ou significa uma subversão do sistema, ou exige que a "tecnocracia" seja colocada em posição subordinada ou "associada" aos proprietários.

A ruptura só será alcançada com o estudo das relações intrínsecas ao modo de produção capitalista, que somente a decomposição das formas complexas pode elucidar. Estivemos empenhados na compreensão da categoria capital enquanto valor que se autovaloriza e que fornece a lógica do movimento capitalista. Partimos, para tanto, da forma mais elementar do capital e encontramos na mercadoria a forma-valor que o trabalho autônomo adquire para socializar-se.

As formas, a partir do valor, ganham movimento próprio e o indivíduo manifesta-se apenas como personificação de relações econômicas. É sob este prisma que desloca-se o sujeito do modo capitalista de produção dos "privilegiados" para o próprio capital. A acumulação deixa de ser um mero ato da "ambição humana" para justificar-se a partir da concorrência que a própria estrutura estabelece.

No capitalismo concorrencial, o dirigente capitalista personifica o capital no processo produtivo, isto é, comanda este processo em nome do capital em expansão. É induzido, pois, a desenvolver as forças produtivas para manter e ampliar a riqueza que detém. A mais-valia, neste sentido, não é a "fonte dos prazeres" mas a fonte da acumulação, da valorização do capital (isto não significa, naturalmente, que o capitalista deva fazer voto de pobreza).

Se o capital pressupõe acumulação e, portanto, a reprodução do capital só pode efetivar-se em escala ampliada, devemos procurar as alterações na personificação do capital nas transformações do próprio capital em concentração e cen-

tralização. É este o lugar da segunda parte do nosso trabalho, que procura estabelecer o movimento interno que leva à concentração do capital frente ao trabalho e à centralização das partículas do capital social que se positiva através do desenvolvimento do crédito na forma das sociedades por ações.

Sob um mesmo comando, reúnem-se capitais dispersos que, rompendo os limites da propriedade individual, passam a ser exclusivamente guiados por leis técnico-econômicas. Por outro lado, o capital, como capital financeiro, apresenta-se sob a forma mais geral e desenvolvida de dinheiro que gera dinheiro - o capital, sob sua forma financeira, recobra a mobilidade que a criação de espaços econômicos diferenciados para pequenos e grandes capitais bloqueou.

Em relação ao capital produtivo, o processo de concentração e centralização é acompanhado por alterações no padrão de concorrência: a elevada magnitude e o reduzido número de capitais independentes redefine o comportamento de cada fragmento do capital social, permitindo a racionalização da atuação e a ampliação dos horizontes das empresas.

O processo de concentração e centralização é o responsável pelo surgimento da grande empresa e pela metamorfose do capitalista ativo em proprietário de títulos de renda. A "tecnocracia" assumiu as funções diretivas do processo produtivo e preencheu o lugar do capitalista que deslocou-se da empresa para os corredores da bolsa de valores. A "tecnocracia" no capitalismo monopolista, assim como o dirigente capi

talista no capitalismo concorrencial, controla o processo produtivo, mas este controle é exercido em nome do capital. O comportamento da empresa não pode ser guiado por objetivos independentes da "tecnocracia" mas pela lógica do capital em processo de auto-valorização. Um exame atento aos chamados "objetivos da tecnocracia" deixará claro que o "crescimento da empresa" nada mais é do que a própria acumulação do capital que, se correspondia ao objetivo implícito do dirigente capitalista preocupado com a "maximização dos lucros" e o enriquecimento próprio, torna-se agora o objetivo explícito dos novos dirigentes.

É o desenvolvimento das formas que permite a acumulação do capital como capital financeiro e o afastamento do capitalista do processo produtivo. A estruturalmente determinada subordinação ao capital, por sua vez, vem justificar a autonomia da "tecnocracia" em relação aos proprietários.

PRIMEIRA PARTE

A PERSONIFICAÇÃO DO CAPITAL NO CAPITALISMO CONCORRENCIAL

CAPÍTULO I

MERCADORIA, CAPITAL E ACUMULAÇÃO

A origem da Economia Política vincula-se à origem do Capitalismo. Somente o Modo de Produção Capitalista requer uma ciência exclusiva capaz de desvendar as relações íntimas que as mercadorias - os produtos do trabalho - estabelecem a despeito do arbítrio dos indivíduos - os produtores. A Economia Política existe apenas na medida em que tais produtos adquirem formas com movimento próprio.

"... Não há pois Economia Política das sociedades pré-capitalistas que não se resolva numa Sociologia, numa teoria específica de como os homens mantêm seu metabolismo social graças à intermediação de produtos. No sistema capitalista, a troca penetra até o coração do sistema produtivo, as formas adquirem uma autonomia até então desconhecida, como se elas se desprendessem dos comportamentos sociais em que se estribam. A Economia Política se converte numa ciência autônoma, cujo objeto consiste nessas categorias, formas do intelecto (Gedankenformen), objetivas e válidas socialmente para as relações de produção deste modo de produção social historicamente determinado, que é a produção de mercadoria. Formas objetivas, pressupostos do comportamento coletivo, cuja dinâmica própria precisa ser desvendada além de sua aparência."(1)

(1) GIANNOTTI, José Arthur - O Trabalho e a Reflexão - IV

(versão preliminar - mimeo). São Paulo, CEBRAP, 1977-p.36

O que confere aos produtos do trabalho a forma-valor, portanto, não pode ser uma simples divisão social do trabalho, mas uma divisão específica que não está pré-determinada ao nível da organização social ou política. Trata-se de uma divisão social entre produtores que atuam autonomamente.

"O trabalhador autônomo não se vincula diretamente com o trabalho social, não opera como membro de uma comunidade, nem faz de sua ação particular o complemento de outra ação, de molde a que ambas pudessem constituir, no imediato, um todo coletivo. Isolado de outro, trata de agir empregando seus próprios recursos, privadamente, embora destine sua produção para a troca, faça dela uma forma de agir sobre um terceiro."(2)

A sociabilidade neste sistema de produtores independentes não pode verificar-se durante o processo de trabalho, mas somente após o mesmo, a partir da troca dos produtos do trabalho privado.

"... O nexu social não se estabelece durante a prestação do trabalho vivo, senão no estado do trabalho morto, do trabalho precisamente objetivado no produto em mercaderia."(3)

Isto significa que os produtos do trabalho aparecem no mercado e relacionam-se entre si, pois somente na troca adquirem suas características sociais. Os indivíduos, por ou

(2) GIANNOTTI, José Arthur - Op. cit., p. 23.

(3) NAPOLEONI, Claudio - Fisiocracia, Smith, Ricardo, Marx (tradução). Barcelona, Oikos-Tau, 1974 - p.102.

tro lado, relacionam-se apenas enquanto proprietários destas mercadorias que, ao reclamarem suas partes relativas no trabalho social, estabelecem leis próprias que constituem o objeto de estudo da Economia Política.

"Objetos úteis se tornam mercadorias, por serem simplesmente produtos de trabalhos privados, independentes uns dos outros. O conjunto desses trabalhos particulares forma a totalidade do trabalho social. Processando-se os contactos sociais entre os produtores, por intermédio da troca de seus produtos de trabalho, só dentro desse intercâmbio se patenteiam as características especificamente sociais de seus trabalhos privados. Em outras palavras, os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos."(4)

É pois na contraposição entre as mercadorias que nasce a forma-valor. Produtos qualitativamente distintos confrontam-se a ponto de possibilitarem a redução de cada mercadoria às demais. Cada produto do trabalho independente, a par-

(4) MARX, Karl - O Capital (tradução). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975 - Livro Primeiro, pp.81-82.

tir dos restantes, vê reconhecida sua parcela no trabalho to tal e neste inter-relacionamento uma mercadoria específica, o dinheiro, assume a forma equivalente geral à qual todas as mercadorias se reportam e na qual todas, diretamente, vêem-se legitimadas.

É neste percurso, em que o valor de uso transfigura-se em valor e o dinheiro adquire o caráter de riqueza abstrata, que evidencia-se a transformação do trabalho útil em trabalho abstrato. Do ponto de vista da mercadoria, todo trabalho concreto, a exemplo dos produtos, perde sua especificidade e somente pode diferenciar-se quantitativamente.

"... Quando os trabalhos dos indivíduos não são trabalhos imediatamente coletivos, isto é, quando são trabalhos privados e independentes, donde o peso da constituição da so ciedade remete-se por inteiro à coisa, ao produto, é necessário que o produto, à parte de sua determinação material como objeto de uso, seja valor, isto é, poder de compra geral ou dinheiro; o trabalho que não é imediatamente coletivo senão privado, chega a ser coletivo enquanto produtor de dinheiro, quer dizer, converte-se em coletivo por meio da assunção da forma de valor por parte do produto; mas, já que em virtude desta assunção todos os produtos são iguais, ou seja, riqueza genérica, precisamente dinheiro, todos os trabalhos, enquanto produtores de dinheiro, são igualados, parte de um trabalho genérico ou comum por si só; portanto, o trabalho individual, isto é, o trabalho concreto, útil, determinado, converte-se em coletivo enquanto transforma-se em seu con-

trário, em trabalho abstrato. Quando a relação social entre os homens é uma relação mediada pelas coisas, isto é, quando a relação social é um nexu material determinado independentemente dos indivíduos que estão sujeitos a ele como uma relação externa, então os indivíduos são sociais só na medida em que são genéricos, separados da própria determinada individualidade, isto é, só na medida em que sua realização mediante o trabalho seja uma realização mediante trabalho abstrato."(5)

Neste momento lógico já estão dadas as condições para a separação dos produtores diretos dos meios de produção, o que historicamente verifica-se a partir do movimento da acumulação primitiva. O trabalhador afastado de seus meios de vida, não dispondo de oferta mais digna, remete à mercadoria equivalente geral sua própria força de trabalho que, neste ato, recebe um valor como a fração do valor total que se destina a sua reprodução.

O processo de generalização da mercadoria, ao arrastar consigo a força de trabalho, implica na metamorfose da mercadoria em capital, no desenvolvimento da forma-capital e na sobreposição da lei da mais-valia à lei do valor. Já não se relacionam simplesmente produtos do trabalho privado, mas produtos do capital; em contraposição aos demais, cada fragmento do capital é reconhecido segundo a parcela de mais-valia que é capaz de atrair.

(5) NAPOLEONI, Claudio - Op. cit., p. 105.

"Na sociedade capitalista - já o sabemos - a separação dos produtores diretos dos meios de produção e dos meios de vida implica na generalização da produção mercantil, no fato crucial de que essas mercadorias - força de trabalho e capital - vão se contrapor no processo de troca de acordo com a lei do valor. Mas, a transformação dos meios de produção em capital e da massa de produtores diretos em força de trabalho, se é o resultado de um processo de generalização da produção mercantil, é também o ponto de partida para a reordenação das relações fundamentais da sociedade, na medida em que o capital só se contrapõe à força de trabalho como valor cuja única finalidade é auto-valorizar-se, e só pode fazê-lo sugando trabalho vivo. A lei do valor, a partir desse momento, é lei reguladora do processo de 'criação de valores' apenas enquanto lei imanente do processo de valorização do capital."(6)

Estamos no âmago da questão, na conexão entre a lei do valor e a lei da mais-valia. Muito mais que um simples percurso em busca dos "preços de equilíbrio", esta transformação desvenda o aparente caráter físico do capital, para que se reconheça em seus elementos materiais a forma-valor que assumem os produtos do trabalho humano numa sociedade de produtores autônomos e, portanto, para que se possa elucidar as

(6) BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello - Um Estudo sobre a Crítica da Economia Política (tese - mimeo). Campinas, UNICAMP, 1975 - pp. 58-59.

leis que regem o movimento do capital.

"A descoberta de que a lei do valor se impõe, sob o regime de produção capitalista, como lei da produção de mais-valia, significa que ela continua a expressar, sob uma forma transfigurada, as relações capitalistas de produção, como formas desenvolvidas das relações mercantis. E, assim como a lei do valor, na sociedade mercantil simples, garantia que o 'quantum' total de trabalho consumido se repartisse entre os diversos setores da produção, em proporções tais que permitissem a reprodução anual da sociedade como produtora, da mesma maneira, a lei da mais-valia, forma (expressão) capitalista da lei do valor, é a lei que governa a reprodução das relações capitalistas e determina suas possibilidades e limitações. Por isso, num sentido bem mais profundo do que aquele que os economistas costumam atribuir à expressão, é a lei fundamental de movimento do modo capitalista de produção, enquanto lei que define a especificidade desse movimento, em oposição aos modos de produção anteriores. Trata-se da lei interna de um regime de produção 'que não está ligado a limitações pré-determinadas e pré-determinantes das necessidades', senão, unicamente, às necessidades de autovalorização do capital."(7)

Toda tentativa de conceber o capital como meios de produção tecnicamente dotados de poder criador de riqueza tem-se envolvido em sérias incongruências. Isto porque os próprios meios de produção, antes de capital, são mercadorias e

(7) BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello - Op. cit., pp. 60-61.

portanto, o capital além de "criar" valor é ele próprio valor, mais precisamente, valor que se auto-valoriza. A escola keynesiana desmistifica o caráter falsamente técnico que o capital alcança na construção teórica da função de produção, muito embora não consiga explicar a variação dos rendimentos do capital, referindo-se simplesmente a um processo cíclico com superacumulação.

"Em vez de dizer do capital que êle é produtivo, é muito preferível dizer que êle fornece no curso da sua existência um rendimento excedente sôbre seu custo original, pois a única razão pela qual um bem permite uma expectativa de render, enquanto durar, serviços com um valor global superior ao seu preço de oferta inicial, se deve a que é escasso; e continua sendo-o pela concorrência da taxa de juro do dinheiro. À medida que o capital se torna menos escasso, o excedente de rendimento diminuirá sem que êle se torne por isso menos produtivo - pelo menos no sentido físico.

"por isso simpatizo com a doutrina pré-clássica de que tudo é produzido pelo trabalho, ajudado pelo que antes era chamado arte e agora se chama técnica, pelos recursos naturais livres ou que custam uma renda conforme sua escassez ou abundância, e pelos resultados do trabalho passado, incorporado aos bens patrimoniais, que têm também um preço variável segundo a sua escassez ou abundância. É preferível considerar o trabalho, incluídos naturalmente os serviços pessoais do empreendedor e de seus colaboradores, como o único fator de produção, operando dentro de um determinado ambiente de técnica, recursos naturais, equipamento de produção e deman-

da efetiva. Isto em parte explica por que podemos tomar a unidade de trabalho como a única unidade física de que necessitamos em nosso sistema econômico, à parte as unidades de moeda e de tempo." (8)

Como valor acumulado (trabalho morto) em processo de auto-valorização (processo de produção de mais-valia), o capital cria um próprio mercado para sua expansão - trata-se de um mercado muito específico, que nasce a partir da forma como se socializam os produtos do trabalho privado. Este mercado é proporcionado pelo desenvolvimento das forças produtivas, de acordo com a substituição de trabalho vivo por trabalho pretérito. A acumulação, que não é mera expansão de meios de produção e subsistência sob as mesmas bases técnicas (o que requereria não só mercados externos, mas também trabalhadores externos ao modo de produção capitalista), desenvolve-se concomitantemente ao desenvolvimento das forças produtivas. A configuração de problemas de mercado, neste sentido, vem reforçar a concorrência intercapitalista - a limitação para uma acumulação extensiva é mesmo responsável pela intensificação do progresso técnico, a porta que se abre para a valorização do capital e que justifica historicamente o próprio modo de produção. A acumulação encontrará seus entraves na concentração do capital, que não se distingue da acumu-

(8) KEYNES, John Maynard - Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro (tradução). Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1970 - pp. 205-206.

lação.

"A permanência da lei do valor se apresenta, portanto, para o capital em seu conjunto - enquanto realização de seu conceito (valor que se autovaloriza, sugando trabalho vivo), como norma inviolável de existência, ao mesmo tempo em que a violação dessa norma aparece para cada capitalista individual, no processo de competição, como condição de sobrevivência. Desta forma, o capital é a própria contradição em processo, na medida em que a mesma lei que o compele a uma valorização progressiva acaba determinando um estreitamento da base sôbre a qual se apoia esse processo de valorização."(9)

O capital, que se exprime como riqueza social, enquanto categoria abstrata de dinheiro que gera dinheiro, só subsiste com a acumulação. Os indivíduos relacionam-se entre si por intermédio e para o capital que, desta forma, configura-se como sujeito do modo de produção capitalista, em função do qual a sociedade se movimenta e seus elementos se modificam - e a Sociologia, no seu início, não deixou de considerar este princípio.

"... A empresa dos dias atuais é um imenso cosmos, no qual o indivíduo nasce, e que se apresenta a êle, pelo menos como indivíduo, como uma ordem de coisas inalterável, na qual êle deve viver. Obriga o indivíduo, na medida em que êle é envolvido no sistema de relações de mercado, a se conformar às regras de ação capitalistas. O fabricante que per-

(9) BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello - Op. cit., p.72

manentemente se opuser a estas normas será economicamente eliminado, tão inevitavelmente quanto o trabalhador que não puder ou não quiser adaptar-se a elas será lançado à rua sem trabalho."(10)

O capital expande-se enquanto trabalho acumulado que retém trabalho excedente; o processo capitalista de produção é um processo de valorização do capital. Não se pode pensar, portanto, num processo de reprodução simples das relações capitalistas de produção, mas num processo de reprodução em escala ampliada. O capital só é compatível com a reprodução ampliada do capital e neste processo arrasta (transforma) os agentes relacionados à expansão do capital. O capital, sujeito do modo de produção, todo poderoso, despoticamente modifica seus próprios agentes, com um único fim, a acumulação, que é a sua própria razão e condição de existência.

"... a produção capitalista é produção de mais-valia e, enquanto produção de mais-valia (na acumulação), é ao mesmo tempo produção de capital e produção e reprodução da relação capitalista inteira em uma escala cada vez mais extensa (ampliada)."(11)

A reprodução ampliada do capital acarretará uma série

(10) WEBER, Max - A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo (tradução). São Paulo, Pioneira, 1967 - p.34.

(11) MARX, Karl - El Capital, Libro I, Capitulo VI Inedito (tradução). Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1974 - p.107.

de transformações nas relações de produção, particularmente traduzidas ao nível do Estado. Neste trabalho, entretanto, limitar-nos-emos ao estudo da personificação do capital nos marcos das unidades produtivas privadas, da metamorfose do dirigente capitalista em "tecnocracia". O capitalista que "não é poderoso senão enquanto personificação do capital" (12), afasta-se do processo produtivo e é substituído pela "tecnocracia" - êste é o nosso objeto.

A análise isolada da burocracia na empresa, convém esclarecer, não é mera segmentação para efeitos acadêmicos, pois enquanto esta é resultado direto da concentração e centralização do capital e portanto deve ser explicada a partir deste movimento, a burocracia estatal precisa ser enfocada a partir do desenvolvimento do Estado. Curiosamente, todos os teóricos da "tecnocracia" partem da burocracia na empresa e extrapolam para a burocracia estatal e daí para o Estado. O artifício vicioso, naturalmente, é aquele que ingenuamente associa o controle do Estado aos indivíduos que "controlam" os meios de produção. Entretanto, numa sociedade em que a sociabilidade se estabelece a partir da mercadoria e o controle não pertence aos agentes, senão ao próprio capital, o Estado sói ser algo mais complexo.

(12) MARX, Karl - Op. cit., p.95.

CAPÍTULO II

PROPRIEDADE E DIREÇÃO

O capital valoriza-se no processo de trabalho que, ao transformar-se num processo de produção de valor e de mais-valia, requer um comando efetivo em seu próprio nome. Neste momento manifesta-se a figura do capitalista, como capital personificado. O capitalista controla o processo de trabalho em nome do capital, valorizando a riqueza que detém. Personifica o capital enquanto propriedade privada dos meios de produção e subsistência.

"... O capitalista não é capitalista por ser dirigente industrial, mas êle tem o comando industrial porque é capitalista. O comando supremo na indústria é atributo do capital, ..."(13)

A conceituação do processo capitalista de produção como um processo de acumulação do capital impõe à organização do trabalho sob condições capitalistas características específicas, impossíveis de serem diluídas num processo universal de trabalho social. O capitalista mantém a direção do processo capitalista de produção, para que o objetivo determinante deste processo, a expansão do capital, seja alcançado. O processo universal de trabalho, enquanto produtor de valores de uso transforma-se num processo de produção de valor a partir da metamorfose dos produtos em mercadorias. Quando a força

(13) MARX, Karl - O Capital, Livro Primeiro, pp.381-382

de trabalho assume a forma de mercadoria e o valor da produção ultrapassa o valor da força de trabalho, o processo de produção de valor adquire a feição capitalista de processo de produção de mais-valia.

A direção capitalista compete o controle do processo de trabalho para que o tempo de trabalho aplicado nas mercadorias não exceda o socialmente necessário a sua produção.

"... A normalidade dos fatores materiais do trabalho não depende do trabalhador, mas do capitalista. Outra condição é a normalidade da própria força de trabalho. Deve possuir o grau médio de habilidade, destreza e rapidez reinantes na especialidade em que se aplica. Mas nosso capitalista comprou no mercado força de trabalho de qualidade normal. Essa força tem de ser gasta conforme a quantidade média de esforço estabelecida pelo costume, de acordo com o grau de intensidade socialmente usual. O capitalista está cuidadosamente atento a isto, e zela também por que não se passe o tempo sem trabalho. Comprou a força de trabalho por prazo determinado. Empenha-se por ter o que é seu. Não quer ser roubado. Finalmente, e para isso tem êle seu código penal particular, não deve ocorrer nenhum consumo impróprio de matéria-prima e de instrumental, pois material ou instrumentos desperdiçados significam quantidades supérfluamente despendidas de trabalho materializado, não sendo portanto consideradas nem incluídas na produção de valor."(14)

(14) MARX, Karl - Op. cit., Livro Primeiro, pp.220-221.

Por outro lado, do ponto de vista da necessidade social capaz de pagar, para que o capital possa prosseguir sua valorização, o tempo de trabalho de uma determinada mercadoria, mesmo ao nível vigente de produtividade, não pode ser superior ao socialmente necessário. Ao capitalista, guiado pela taxa de lucro, compete a alocação do capital entre os diversos ramos da economia.

"Para uma mercadoria vender-se ao valor de mercado, isto é, de acordo com o trabalho socialmente necessário nela contido, é mister que a totalidade do trabalho social aplicado à totalidade dessa espécie de mercadoria corresponda ao volume da necessidade social dela, isto é, da necessidade social capaz de pagar. A concorrência, as flutuações dos preços de mercado, que correspondem às flutuações da relação entre a oferta e procura, procuram sem cessar reduzir a essa medida a totalidade do trabalho aplicado em cada espécie de mercadoria."(15)

"... se as mercadorias se vendem por seus valores, surgem, conforme vimos, taxas de lucro bem diferentes nos diferentes ramos, segundo a composição orgânica diversa das massas de capital neles aplicadas. O capital, porém, deixa o ramo com baixa taxa de lucro e lança-se no que tem taxa mais alta. Com essa migração ininterrupta, em suma, repartindo-se entre os diferentes ramos segundo sobe ou desce a taxa de lucro, o capital determina uma relação entre a oferta e a procura, de tal natureza que o lucro médio se torna o mesmo nos

(15) MARX, Karl - Op. cit., Livro Terceiro, p.217.

diferentes ramos, transformando-se por isso os valores em preços de produção."(16)

Contudo, a função social por excelência da direção capitalista é o desenvolvimento das forças produtivas, que justifica o próprio modo de produção: não só a normalidade dos fatores materiais e da própria força de trabalho, mas sobretudo a transposição da normalidade; não só a migração para o ramo com taxa de lucro mais alta, mas sobretudo a criação das condições necessárias para a elevação da taxa de lucro no próprio ramo, precisamente, na própria empresa.

"O capitalista só possui um valor perante a história e o direito histórico à existência, enquanto funciona personificando o capital. Sua própria necessidade transitória, nessas condições, está ligada à necessidade transitória do modo capitalista de produção. Mas, ao personificar o capital, o que o impelo não são os valores-de-uso de sua fruição e sim o valor-de-troca e sua ampliação. Fanático da expansão do valor, compele impiedosamente a humanidade a produzir por produzir, a desenvolver as forças produtivas sociais e a criar as condições materiais de produção, que são os únicos fatores capazes de constituir a base real de uma forma social superior, tendo por princípio fundamental o desenvolvimento livre e integral de cada indivíduo. O capitalista é respeitável apenas quando personifica o capital. Nessa função, partilha com o entesourador a paixão da riqueza pela riqueza.

(16) MARX, Karl - Op. cit., Livro Terceiro, p.221

Mas, o que neste é mania individual, é naquele um resultante do mecanismo social. O capitalista é apenas uma das rodas motoras dêsse mecanismo. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista torna necessária elevação contínua do capital empregado num empreendimento industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista as leis imanes do modo capitalista de produção como leis coercitivas externas. Compele-o a expandir continuamente seu capital, para conservá-lo, e só pode expandí-lo por meio da acumulação progressiva."(17)

É pois sob as leis que regem a produção de mercadorias e, mais especificamente, dos produtos do capital, que o comportamento da direção capitalista é moldado (não fosse este o caso, não se explicariam as formas desenvolvidas que assume o controle nas sociedades por ações, onde a direção pode estar dissociada da propriedade).

O controle e a hierarquia no processo produtivo são aspectos que a organização do trabalho assume na apropriação do trabalho excedente da classe submissa ao capital. Mas o que induz à própria organização do trabalho é antes a concorrência que nasce da forma como se socializam os produtos do trabalho autônomo e, propriamente, do capital. Não se persegue o controle pelo controle, mas sim o controle pela "produtividade", pela valorização do capital. O sentido de produtividade aqui empregado é o de produtividade do ponto de vista do capital, ou seja, maior quantidade de mais-valia por cap

(17) MARX, Karl - Op. cit., Livro Primeiro, p.688.

tal adiantado. Para o capital, o valor da força de trabalho entra como capital variável e para o capitalista, portanto, a produtividade não se mede por cabeça, mas sim em valor (neste sentido, o relevante não é apenas a magnitude de valor que cada produtor pode trabalhar, mas também a magnitude de valor que pode ser acionada pelo valor da força de trabalho, isto é, não apenas a relação entre trabalho morto e trabalho vivo, mas também a relação entre capital constante e capital variável).

Não é lícito reduzir o movimento do capital ao movimento das mercadorias entre produtores independentes proprietários dos meios de produção e subsistência. Deve-se tomar o cuidado para não confundir eficácia ou produtividade num sistema mercantil simples com "produtividade" num sistema em que a generalização da mercadoria arrasta inclusive a força de trabalho. Se o movimento do capital implica na redução de valor das mercadorias, o que o incita diretamente é o arbitrio da mais-valia que, entre outros meios, pode ser atingido através da redução do valor da força de trabalho pelo parcelamento da mesma dissociada em elementos simples e desqualificados.

A incompreensão deste aspecto da produtividade, levou Marglin a alteradas conclusões. Se é correto que o parcelamento do processo de trabalho não implica necessariamente na distribuição das diversas operações a diferentes trabalhadores, por que então o capitalista optou pelo parcelamento do trabalhador?

"... Sem dúvida nenhuma porque, para o capitalista, es-

se era o único processo de tornar o seu papel indispensável."(18)

"É evidente que não é fácil obter uma prova concludente de que foi a preocupação de 'dividir para reinar', e não a procura da eficácia, que esteve na origem da divisão capitalista do trabalho. Não se pode pedir ao capitalista, ou a quem quer que esteja interessado em preservar a hierarquia e a autoridade, que proclame publicamente que a produção está organizada para explorar o operário. Quanto ao operário suficientemente esperto para se dar conta disso, ele podia, nas sociedades relativamente móveis em que a revolução industrial começava a tomar pé, juntar-se às fileiras dos exploradores."(19)

Para Marglin, o poder do capitalista não provinha da propriedade dos meios de produção e subsistência, mas da coordenação do trabalho dos operários especializados que se submetiam não por alienados dos meios de vida, mas por ignorantes do processo global de produção (o capitalista de Marglin é capitalista porque tem o comando industrial).

Em primeiro lugar, devemos lembrar que o controle capitalista do processo produtivo, que Marglin apresenta como o princípio orientador da tecnologia capitalista, aparece como

(18) MARGLIN, Stephen - "Origens e Funções do Parcelamento das Tarefas" (tradução). In Divisão do Trabalho, Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista, Escorpião nº 10. Porto, 1974 - p.17.

(19) MARGLIN, Stephen - Op. cit., p.19.

possibilidade mesmo numa simples coordenação (indispensável) de artesãos reunidos, desde que, e isto deve ser frisado, o trabalho já se encontre formalmente submisso ao capital.

"Todo trabalho diretamente social ou coletivo, executado em grande escala, exige com maior ou menor intensidade uma direção que harmonize as atividades individuais e preencha as funções gerais ligadas ao movimento de todo o organismo produtivo, que difere do movimento de seus órgãos isoladamente considerados. Um violinista isolado comanda a si mesmo, uma orquestra exige um maestro. Essa função de dirigir, superintender e mediar assume-as o capital logo que o trabalho a êle subordinado se torne cooperativo. Enquanto função específica do capital, adquire a função de dirigir caracteres especiais."(20)

A ambigüidade no conceito de produtividade, em Marglin, é a responsável pela interpretação da divisão técnica do trabalho como obra do capitalista astuto que reina às custas da ignorância alheia. "Não (foi) a procura da eficácia, que esteve na origem da divisão capitalista do trabalho". Corretamente, pois é tão eficaz um trabalhador que parcela a produção como vários trabalhadores parcelares. O equívoco é tomar a eficácia como um objetivo capitalista. Se no lugar de eficácia, utilizarmos a produtividade do ponto de vista do capital, o princípio de Babbage dará conta da popularização da atribuição de tarefas a diferentes trabalhadores.

(20) MARX, Karl - Op. cit., Livro Primeiro, pp.379-380.

"O princípio de Babbage é fundamental para a evolução da divisão do trabalho na sociedade capitalista. Ele exprime não um aspecto técnico da divisão do trabalho, mas seu aspecto social. Tanto quanto o trabalho pode ser dissociado, pode ser separado em elementos, alguns dos quais são mais simples que outros e cada qual mais simples que o todo. Traduzido em termos de mercado, isto significa que a força de trabalho capaz de executar o processo pode ser comprada mais barato como elementos dissociados do que como capacidade integrada num só trabalhador. Aplicado primeiro aos artesanatos e depois aos ofícios mecânicos, o princípio de Babbage torna-se de fato a força subjacente que governa todas as formas de trabalho na sociedade capitalista, seja qual for a sequência ou nível hierárquico."(21)

A direção capitalista, sob o signo da acumulação, parcelada o trabalho e paulatinamente transfere para os instrumentos de produção movimentos à imagem do trabalho parcelado. Numa verdadeira competição intercapitalista, a substituição de trabalho vivo por trabalho objetivado se verifica desde que decresça a quantidade de trabalho total incorporado na mercadoria e/ou o valor da força de trabalho por desqualificação (na aplicação capitalista da lei do valor, as quantidades de trabalho devem ser ainda ponderadas pelas respectivas rotações).

(21) BRAVERMAN, Harry - Trabalho e Capital Monopolista (tradução). Rio de Janeiro, Zahar, 1977 - p.79.

"A evolução da maquinaria a partir de suas formas primitivas, nas quais simples armações rígidas substituem a mão como guias para o movimento da ferramenta, até os complexos modernos nos quais todo o processo é guiado do início ao fim por forças não somente mecânicas mas também elétricas, químicas e outras forças - esta evolução pode assim ser relatada como o aumento no controle humano sobre a ação de ferramen-tas. Essas ferramentas são controladas, em suas atividades, como extensões dos órgãos humanos de trabalho, inclusive os órgãos sensoriais, e essa proeza é realizada por uma compre-ensão humana cada vez maior das propriedades da matéria - em outras palavras, pelo aumento do controle científico dos princípios físicos. O estudo e compreensão da natureza têm, como sua primeira manifestação na civilização humana, o con-trole crescente pelos seres humanos dos processos de traba-lho por meio de máquinas e sistemas de máquinas."(22)

"... Antes que a capacidade humana para controlar a ma-quinaria possa ser transformada em seu contrário, uma série de condições especiais devem ser satisfeitas que nada têm a ver com o caráter físico da máquina."(23)

O uso capitalista das máquinas interfere, por sua vez, no desenvolvimento da ciência e da tecnologia, uma vez que o sistema está voltado para a expansão do capital.

"Com efeito, a expansão principal das actividades de in

(22) BEAVERMAN, Harry - Op. cit., p.167.

(23) BRAVERMAN, Harry - Op. cit., p.168.

vestimento não se verifica na investigação fundamental ou 'independente', mas sim na investigação directa ou indirectamente ligada ao processo de produção."(24)

"A investigação fundamental - actividade sem fins lucrativos, improdutiva do ponto de vista do capital e tendo como principal objectivo a aquisição de conhecimentos - não deixava, no entanto, de subsistir. Porém, era influenciada à distância pelas prioridades da produção capitalista e tendeu para uma cada vez mais estreita dependência desta: os recursos públicos que lhe eram atribuídos variavam em função das possibilidades de aplicação rentável dos seus resultados e - o que vem a dar no mesmo - da necessidade que os monopólios tinham de alargar e aprofundar os conhecimentos teóricos em domínios de que podiam esperar-se 'saltos em frente' tecnológicos. Por isso, o progresso das ciências se tornou cada vez mais desigual, tendo-se desenvolvido muito mais rapidamente as ciências susceptíveis de ser 'capitalizadas' e 'valorizadas' no processo de produção, do que as que tinham a ver, por exemplo, com a saúde e higiene públicas, transmissão de conhecimento, a optimização das condições de trabalho e do quadro de vida, etc."(25)

Marglin, interessado no "desenvolvimento dos indivíduos

(24) GORZ, André - "Divisão do Trabalho, Hierarquia e Luta de Classes" (tradução). In Divisão Social do Trabalho, Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista, Escorpião nº 10. Porto, 1974 - p.173.

(25) GORZ, André - Op. cit., pp.174-175.

numa sociedade industrial complexa", preocupa-se em saber se a tecnologia desenvolvida no capitalismo é ou não a mais produtiva.

"Se as ciências sociais fossem experimentais, seria fácil sabermos se a organização hierárquica do trabalho é ou não indispensável para uma produtividade elevada: elaboravam-se técnicas de produção que permitissem uma organização igualitária do trabalho e experimentava-se o seu funcionamento real. A experiência diria se a organização igualitária do trabalho é utópica ou não. Mas as ciências sociais não são experimentais. Nenhum de nós sabe o suficiente sobre o fabrico do aço ou dos tecidos para criar uma nova tecnologia, que seja ainda por cima tão radicalmente diferente da norma actual como o exigiria uma tentativa séria para mudar a organização do trabalho."(26)

O problema central de Marglin ainda é a produtividade. Mas, quando a força de trabalho deixa de ser mercadoria e passa a ser utilizada de forma directamente social pelos próprios produtores, mesmo o conceito de produtividade enquanto eficácia torna-se antiquado.

"... a subversão operária do sistema é a negação de toda a organização em que se expressa o desenvolvimento capitalista e, em primeiro lugar, negação da tecnologia enquanto ligada à produtividade."(27)

(26) MARGLIN, Stephen - Op. cit., p.8

(27) PANZIERI, Raniero - "Sobre el Uso Capitalista de las Máquinas". In La Division Capitalista del Trabajo (tradução), Pasado y Presente nº32. Córdoba, 1974 - p.51.

Restam ainda alguns comentários sobre a organização do trabalho propriamente dita. A maioria dos autores parece inclinada a considerar a hierarquia e a autoridade como características indissolúveis do processo capitalista de produção e sua eliminação como incompatível com o atual sistema. Convém lembrar, entretanto, que a direção capitalista molda a organização do trabalho segundo os interesses do capital em valorização.

O movimento da "gerência científica" de Taylor e Fayol coincidem com a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. A segunda revolução industrial provocou um radical desenvolvimento das escalas de produção e as funções da direção capitalista, avolumadas, exigiram um mecanismo efetivo de controle do processo de produção. A figura do capitalista tradicional, bom conhecedor do processo de trabalho e flexível, para que o objetivo da organização, o lucro, se realizasse, foi desdobrada em um corpo de funcionários burocráticos que só poderiam controlar o processo de trabalho através do desenvolvimento de normas técnicas. A "gerência científica" fornece o manual destes burocratas.

"... Na sua batalha de Midvale, observou Taylor, ele havia localizado a fonte do problema na 'ignorância da gerência quanto ao que realmente constitui um dia adequado de trabalho para um operário'. Ele havia 'compreendido plenamente que, embora fosse um chefe de turma na oficina, o conhecimento e perícia combinados dos operários, que estavam sob suas ordens, eram certamente dez vezes maiores que os seus próprios'. Este, então, era o ponto de origem do problema e de

onde devia partir a gerência científica."(28)

O impacto da aplicação das normas tayloristas e o surgimento das grandes centrais sindicais serão os principais responsáveis pelo desenvolvimento da chamada escola de relações humanas. Elton Mayo, representando um determinado momento histórico, combate o formalismo na administração e valoriza o informal para repor a "harmonia administrativa" invocada por Taylor.

"Na empresa norte-americana onde a acumulação e reprodução ampliada do capital foram realizadas, o fator humano começa a ter status, Tem-se o surgimento da Escola de Relações Humanas de Mayo, como resposta intelectual a um sistema industrial onde a alta concentração do capital fora traduzida na formação de grandes corporations, em que as formas de regulamentação da força de trabalho do operário efetuadas por via autoritária direta (esquema Taylor-Fayol) cedem lugar à sua exploração de forma indireta: pela manipulação do operário por especialistas, os quais, por sua vez, são instrumentos manipulados pela direção das empresas, onde a força de trabalho é recrutada pelos chamados conselheiros psicológicos, especialistas em relações humanas e relações industriais. Da mesma forma que os meios de produção no contexto capitalista usam o trabalho operário, em nível administrativo, usam o saber especializado do human-relations, geralmente formado por Business School reproduz no nível pedagógico os

(28) BRAVERMAN, Harry - Op. cit., p.95 (citando Taylor).

conceitos e as relações de dominação do sistema econômico-político, formando agentes desta reprodução em contato com a mão-de-obra livre no interior da empresa."(29)

O capital só tem compromissos para consigo mesmo. Desta forma, a partir do momento em que, por forças econômicas, políticas ou sociais, novas formas de organização da produção tornam-se mais rentáveis, a direção não tem escrúpulos e torna-se maleável às alterações. Prova disto são as atuais reorganizações que, frente a absentismo, revoltas e desleixo, remodelaram o trabalho e em troca obtiveram significativos aumentos na produtividade.

Dominique Pignon e Jean Querzola, que detiveram-se na análise das experiências com a Donnelly Mirrors Corporation e a American Telegraph and Telephon Company, concluem, categoricamente, que:

"A necessidade da mudança apresenta-se aos olhos dos capitalistas simultaneamente pela deliquescência da sua autoridade sobre o processo de produção e pelo bloqueio dos mecanismos de reprodução da ideologia que a fundamenta. Numa palavra, a divisão do trabalho e as formas de autoridade constitutivas da actual organização capitalista surgem como obsoletas na lógica da própria racionalidade capitalista."(30)

(29) TRAGTENBERG, Maurício - Burocracia e Ideologia. São Paulo, Ática, 1974 - p.197

(30) PIGNON, Dominique e QUERZOLA, Jean - "Democracia e Autoritarismo na Produção" (tradução). Escorpião nº10 -p.96.

CAPÍTULO III

PRIVILÉGIOS DO ELEMENTO PERSONIFICADOR

Caracterizar o capitalismo pela apropriação do excedente econômico por uma reduzida burguesia, representa a inversão do conceito clássico de modo de produção capitalista. O abandono do conceito de capital como valor que se auto-valoriza e a promoção do elemento personificador do capital a sujeito do modo capitalista de produção, em substituição ao próprio capital, trouxe à tona interpretações vulgares da contradição capital-trabalho, como contradição entre uma minoria privilegiada e uma massa de miseráveis. Entretanto, quando saímos da esfera das aparências, vemos que "os papéis econômicos desempenhados pelas pessoas constituem apenas personificação das relações econômicas que elas representam, ao se confrontarem"(31). E, estas sim, não estão relacionadas simplesmente à distribuição pessoal da renda, mas à distribuição que propicia a valorização do capital e a subordinação do trabalho frente aos meios de produção.

Neste sentido, o trabalho não se contrapõe diretamente ao capitalista, muito menos em relação a seus privilégios. A contradição é com o capital enquanto valor que se valoriza sugando trabalho vivo. A contraposição ao capitalista é mediata, enquanto este personifica o capital. Por outro lado, os privilégios aparecem como a gratificação ao elemento personificador e como incentivo imediato ao enriquecimento que

(31) MARX, Karl - Op. cit., Livro Primeiro, p.95.

é, como vimos, a acumulação do próprio capital.

O capital, enquanto sujeito abstrato, concede privilégios e prerrogativas ao capitalista que, em seu nome, comanda o processo de trabalho. Como corolário, os privilegiados - agora sim - contrapõem-se ao trabalho em sua ânsia libertadora (não se trata simplesmente de libertar-se das desigualdades - objetivo nobre e cristão - mas sobretudo da mercadoria).

A conceituação precisa do modo capitalista de produção adquire suma importância para a análise do capitalismo monopolista. Não deixa de haver quem, a partir de análises autônomas dos novos elementos que personificam o capital no processo produtivo (os "tecnocratas") e de seus privilégios, extrapole para teorias acerca de "Managerial Revolution" e "Modo de Produção Tecnoburocrático".

Podemos agora traçar algumas considerações sobre o consumo capitalista. Segundo Weber, a acumulação capitalista condena o consumo improdutivo.

"De fato, o summum bonum desta 'ética', a obtenção de mais e mais dinheiro, combinada com o estrito afastamento de todo gozo espontâneo da vida é, acima de tudo, completamente destituída de qualquer caráter eudemonista ou mesmo hedonista, pois é pensado tão puramente como uma finalidade em si, que chega a parecer algo de superior à 'felicidade' ou 'utilidade' do indivíduo, de qualquer forma algo de totalmente transcendental e simplesmente irracio-

nal." (32)

Contudo, considerar que o capitalista só possui "o direito histórico à existência, enquanto funciona personificando o capital", não significa obrigatoriamente que ele deva mortificar-se.

"... o pecado original se manifesta por toda a parte. Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, da acumulação e da riqueza, deixa o capitalista de ser mera encarnação do capital. Sente compaixão por si mesmo e atinge um nível de educação que o leva a sorrir do apêgo à ascese, considerando-o preconceito do entesourador arcaico. Enquanto o capitalista clássico condena o consumo individual como pecado contra sua função e atentado contra a acumulação, o capitalista moderno é capaz de considerar a acumulação uma renúncia ao impulso de fruir a vida. 'Em seu peito, coitadinho, moram duas almas que lutam por separar-se!'" (33)

É importante salientar que o capitalista se enriquece não por abster-se de consumir o que produziu, mas que tanto o valor acumulado como o valor improdutivamente consumido são mais-valia, produto do trabalho social.

Se abandonarmos a esfera do capitalista individual para focar o consumo capitalista como categoria macroeconômica, o que Weber aponta como força inibidora da acumulação passa a configurar mais um espaço econômico para a reprodução ampliada do capital: o chamado departamento de bens de consumo

(32) WEBER, Max - Op. cit., p.33.

(33) MARX, Karl - Op. cit., Livro Primeiro. pp.689-690.

capitalista.

"A maquinaria tem por resultado imediato ampliar a mais-valia e simultâneamente a quantidade de produtos em que ela se incorpora. Assim, ela aumenta a substância de que vive a classe capitalista e seu cortejo, fazendo crescer essas camadas sociais. Sua riqueza em expansão e a diminuição relativamente constante do número de trabalhadores necessários para a produção dos gêneros de primeira necessidade geram, juntamente com novas necessidades de luxo, novos meios de satisfazê-las. Uma porção maior do produto social transforma-se em produto excedente e uma parte maior do produto excedente é fornecida e consumida sob formas refinadas e mais variadas. Em outras palavras, a produção de luxo aumenta."(34)

A partir da constituição de um departamento de bens de luxo significativo, o consumo capitalista passa a ser inclusive um componente ativo na própria dinâmica da acumulação capitalista.

"Assim, quando Kalecki enfatiza o papel do consumo capitalista, introduzindo explicitamente o D II num esquema de três Departamentos, está tentando mostrar que essa forma de gasto dos capitalistas é um componente da demanda efetiva tão importante como o gasto em investimento, do ponto de vista da realização dinâmica num processo de acumulação. Como tal, não pode ser visto, estaticamente, como um gasto 'improdutivo' do excedente, prejudicial à taxa de 'poupança' e acumulação do sistema, senão como um elemento dinâmico fundamen

(34) MARX, Karl - Op. cit., Livro Primeiro, p.510.

tal para manter uma taxa histórica de lucro e de acumulação a longo prazo."(35)

(35) TAVARES, Maria da Conceição - "Distribuição de Renda, Acumulação e Padrões de Industrialização". In TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (orgs.) - A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1975 - pp.38-39.

SEGUNDA PARTE

CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL

CAPÍTULO I

A CONCENTRAÇÃO E A CENTRALIZAÇÃO COMO FORÇA DE ATRAÇÃO ENTRE OS FRAGMENTOS DO CAPITAL SOCIAL

As alterações verificadas na personificação do capital são antes alterações no próprio capital, isto é, reflexo da forma que o capital assume na virada do século. A sobreposição dos grandes capitais monopolistas aos pequenos capitais competitivos, porém, como convém salientar, não é algo de externo e estranho ao movimento do capital, senão um processo derivado das próprias leis que o regem. Deste modo, a monopolização da economia nas últimas décadas do século XIX deve ser vista como uma efetiva transformação no padrão de concorrência, provocada pela ação contínua da concentração do capital e das contradições geradas neste processo.

Para nossa análise, consideramos a equalização da taxa de lucro como a força que mobiliza os capitais em expansão e permite a reprodução do capital social total. Nada mais estranho ao presente estudo, que a vinculação deste movimento ao modelo idílico da "concorrência perfeita" em que o próprio progresso técnico é sacrificado.

"... É dificilmente concebível a introdução, desde o início, de novos métodos de produção e novas mercadorias em condições de perfeita e imediata concorrência. Significa isso também que o que chamamos de progresso econômico é incompatível com a concorrência perfeita."(1)

(1) SCHUMPETER, Joseph A. - Capitalismo, Socialismo e Demo-

Se, no período denominado capitalismo concorrencial, tal movimento poderia dar-se em torno de uma única taxa de lucro, no capitalismo monopolista assistimos a movimentos paralelos, internos a grupos de capitais compostos segundo suas magnitudes. A atração exercida pela taxa de lucro médio sofre interferências por força da constituição de espaços específicos para a valorização dos pequenos e grandes capitais. Entretanto, nos limites para a atuação de cada grupo, movimentos análogos são verificados e a reprodução do capital social total é assegurada pelo desenvolvimento do capital sob a forma de capital financeiro. Neste capítulo, não nos ocuparemos da fase monopolista do capital.

Através do mercado, o capital distribui-se entre os diversos ramos da economia para atender as "necessidades sociais" (a demanda, ou melhor a necessidade social capaz de pagar) que, ao nível da distribuição do produto, são pré-determinadas pelas relações de produção.

A taxa de lucro é o instrumento orientador da alocação do capital que abandona os setores de baixa rentabilidade e dirige-se para os de elevada taxa de lucro. A remuneração do capital, portanto, mobiliza as diversas parcelas do capital e, dinamicamente, estabelece, em cada indústria, a produção socialmente necessária.

Isto significa que, entre as diversas alternativas de

quantidades e preços de uma curva de demanda, o "preço de equilíbrio" é o que permite a taxa de lucro médio. Qualquer desvio desta, para cima ou para baixo, indica excesso ou escassez de demanda e, conseqüentemente, atrai ou afasta capitais que reconduzem a taxa de lucro à média.

A livre mobilidade do capital permite este movimento que produz uma tendência à equalização da taxa de lucro. Frente a uma insuficiência de oferta, e portanto de capital, em determinado ramo, a taxa de lucro superior à média torna-se um indicador de mercado para a entrada de novos capitais. Como corretamente salientou Labini, para os economistas clássicos, "um elemento peculiar da concorrência é a facilidade à entrada. Se a entrada é fácil, nenhum fabricante pode elevar os preços nem pode, exceto por um período limitado, obter um lucro superior ao normal"(2).

A tendência à equalização da taxa de lucro, como dissemos, deve ser vista como um movimento em torno da taxa de lucro médio que, por sua vez, também se altera no processo de acumulação, isto é, é alterada pelo próprio processo de concentração do capital. "O ponto essencial que se deve ter em conta é que ao tratar de capitalismo, tratamos também de um processo evolutivo"(3). Estamos nos referindo ao progresso técnico que, reduzindo o valor das mercadorias, do ponto de

(2) LABINI, Paolo Sylos - Oligopolio e Progresso Técnico

(tradução). Barcelona, Oikos-Tau, 1966 - p.69.

(3) SCHUMPETER, Joseph A. - Op. cit., p.105.

vista da estrutura produtiva, provoca ininterrupta reorientação e redimensionamento dos diversos setores da economia.

As mesmas forças que provocam a transferência de capitais entre os ramos da economia, desenvolvem também a produtividade do trabalho. A livre mobilidade do capital aparece não só como a maneira pela qual, dinamicamente, o capital se distribui entre tais ramos, mas sobretudo como a força coercitiva externa que impele cada capital a desenvolver as forças produtivas.

"A acumulação não é, portanto, uma questão de escolha individual. Trata-se de uma necessidade engendrada pela própria competição: uma luta em que os capitalistas procuram excluir-se uns aos outros do mercado. O progresso técnico é a arma utilizada por esses senhores para se esmagarem mutuamente. Mediante a introdução de inovações procuram rebaixar seus custos e aumentar suas margens de lucro, sendo combatidos pelos demais. O progresso técnico, fruto e arma da concorrência intercapitalista, aparece em seus efeitos, como uma renda diferencial para o capitalista individual, renda esta que reforça a concorrência entre o capital e o trabalho, em proveito do capital."(4)

A elevação da produtividade do trabalho, pelo menos dentro dos limites em que se verifica, corresponde a uma substi

(4) BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello - Um Estudo sobre a Crítica da Economia Política (tese - mimeo). Campinas, UNICAMP, 1975 - p.64.

tuição de trabalho vivo por trabalho objetivado. Valorizam-se os meios de produção e subsistência que como propriedade privada reforçam a submissão do trabalho ao capital. A acumulação do capital é portanto a concentração da riqueza social frente aos trabalhadores alienados dos meios de vida. Um certo grau de acumulação constitui a premissa do modo capitalista de produção enquanto que a concentração do capital desencadeada a partir da acumulação primitiva é propiciada pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas. A concentração é pois o crescimento do capital social, independentemente de sua distribuição e redistribuição.

A aludida substituição de trabalho vivo por trabalho morto, isto é, o crescente peso da reposição do capital constante, apresenta-se em Marx como a tendência ao declínio da taxa de lucro, visto que o capital valoriza-se através do trabalho vivo. A valorização do capital, ao acentuar a participação do trabalho objetivado, estreita a base (trabalho vivo) sobre a qual o capital se valoriza. O problema não se coloca em termos absolutos, mas sim em relação às proporções que assumem o trabalho vivo e o trabalho pretérito no proceso de acumulação. A queda da taxa de lucro é pois um fenômeno derivado do próprio movimento contraditório do capital.

Apresenta-se portanto uma contradição entre a produção e a circulação que não é reflexo da contradição entre produção e realização de mais-valia, mas da contradição entre a produção de mais-valia e a realização do produto a uma taxa

de lucro superior à relação entre a mais-valia e o capital total adiantado. Exemplificando, se para um capital total de 1 000, 400 correspondem a capital constante e 600 a capital variável, com uma taxa de mais-valia de 50% temos:

$$400c + 600v + 300m = 1\ 300 \text{ (valor)}$$

Com um aumento na composição orgânica relativo a acréscimos no capital constante e variável de 200 e 100, respectivamente, e considerando-se ainda uma elevação da taxa de mais-valia para 55%, teremos:

$$600c + 700v + 385m = 1\ 685 \text{ (valor)}$$

Entretanto, para o capital manter a taxa de lucro ($300m/1\ 000(c+v) = 30\%$), a mercadoria deveria ser vendida a:

$$(600c + 700v) 1,30 = 1\ 690 \text{ (preço hipotético)}$$

Se a lei do valor impõe-se, então não há possibilidade de realizar o produto a 1 690, não porque exista contradição entre a produção de mais-valia (385) e sua realização (385), mas porque a massa de lucro requerida para a manutenção da taxa de lucro (390) é irrealizável porque é superior à massa de mais-valia produzida (385).

Afirmar que o problema é de superprodução ou mesmo de superacumulação, sem que seja explicitada a elevação da composição orgânica e a forma como se impõe a lei do valor no movimento da acumulação, é o mesmo que dizer que o capital encontra, em sua ampliação, problemas de baixo consumo. Enquanto que os problemas de realização ou de superacumulação podem ser até motivos de crises, a queda na taxa de lucro apresenta-se como decorrência do próprio desenvolvimento das forças produtivas.

Como concretamente o capital mantém sua taxa de valorização não é objeto deste estudo. O que queremos ressaltar é que o desenvolvimento das forças produtivas, na forma de capital em concentração, depara-se periodicamente com a expansão do valor-capital.

"Em termos bem genéricos, a antinomia consiste no seguinte: o modo capitalista de produção tende a desenvolver de maneira absoluta as forças produtivas, independentemente do valor, da mais-valia nele incluída, e das condições sociais nas quais se efetua a produção capitalista, ao mesmo tempo que tem por finalidade manter o valor-capital existente e expandi-lo ao máximo (isto é, acelerar sempre o acréscimo desse valor). Caracteriza-o especificamente a circunstância de o valor-capital ser utilizado como meio de crescer esse valor o máximo possível."(5)

O capital, de qualquer forma, independentemente de como dá continuidade a sua expansão, encontra em si mesmo sua própria barreira. "A barreira efetiva da produção capitalista é o próprio capital: o capital e sua auto-expansão se apresentam ponto de partida e meta, móvel e fim da produção"(6).

O desenvolvimento das forças produtivas propicia a valorização do capital e concomitantemente se contrapõe à esta valorização. O modo capitalista de produção incita o

(5) MARX, Karl - O Capital (tradução). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975 - Livro Terceiro, pp.286-287.

(6) MARX, Karl - Op. cit., Livro Terceiro, p.287

progresso técnico que por um lado limita a valorização do capital e por outro apresenta-se, individualmente para cada parcela do capital, como o único meio de ultrapassar este limite. O capitalista em competição procura no progresso técnico a arma que o permite manter e elevar a taxa de lucro e encontra no desenvolvimento das forças produtivas a arma que ao mesmo tempo deprecia o valor-capital enquanto produtor de uma determinada taxa de lucro.

Ao contrapor-se à valorização do capital, o progresso técnico é, contraditoriamente, acelerado. O desenvolvimento das forças produtivas ganha autonomia, tornando-se independente da concentração do capital, do crescimento da riqueza social enquanto crescimento conjunto de todas as frações do capital social. Ao romper os limites do grau de concentração alcançado, o progresso técnico implica, necessariamente, na centralização do capital.

"... Não se trata mais da concentração simples dos meios de produção e de comando sôbre o trabalho, a qual significa acumulação. O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. Este processo se distingue do anterior porque pressupõe apenas alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando; seu campo de ação não está portanto limitado pelo acréscimo absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se acumula aqui nas

mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização pròpriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração."(7)

A centralização do capital constitui a força de atração entre os fragmentos do capital social, impulsionada pela contradição entre a produção desenfreada do capitalismo e a conservação e expansão do valor-capital, como contradição manifesta entre o procedimento das diversas parcelas do capital e o desenlace do capital depreciado pelo mesmo desenvolvimento das forças produtivas. O resultado é a diminuição do número de frações do capital que atuam independentemente e a alteração do padrão de concorrência e progresso técnico, numa estrutura em que a conexão do comportamento de cada partícula do capital com o capital social é mais direta, ao mesmo tempo em que não pode ser completa, pois corresponderia à paralização do desenvolvimento das forças produtivas sob as regras capitalistas e, portanto, colocaria em cheque o próprio modo de produção.

O desenvolvimento das técnicas, através da centralização, corresponde ao crescimento do capital por planta acima do nível de concentração. Ao mesmo tempo, a centralização, a princípio tecnicamente justificada, passa a ser reforçada por componentes econômicos que explicam as inúmeras grandes plantas e a diversificação das atividades que caracterizam as atuais empresas.

(7) MARX, Karl - Op. cit., Livro Primeiro, p.727.

A centralização do capital, que implica no decréscimo do número de capitais que agem individualmente, é acionada por condições técnico-econômicas. Em concorrência, portanto, o fator decisivo para a sobrevivência é o montante de capital que, além das exigências técnicas de industrialização e comercialização, deve conferir à empresa a solidez financeira necessária para a atuação num mercado oligopolizado. A partir desta ótica, a centralização é um processo derivado da própria concorrência. É a manutenção da concorrência que elimina os pequenos capitais sem poder competitivo. As chamadas barreiras à entrada da fase monopolista do capital são portanto as barreiras impostas pelo próprio mercado. Por forças do mercado, um determinado mínimo de capital, que desloca-se paralelamente à concentração e à centralização, constitui o requisito indispensável para a atuação das empresas a nível competitivo.

"... com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, aumenta a dimensão mínima do capital individual exigida para levar avante um negócio em condições normais. Os capitais pequenos lançam-se assim nos ramos de produção de que a grande indústria se apossou apenas de maneira esporádica ou incompleta. A concorrência acirra-se então na razão direta do número e na inversa da magnitude dos capitais que se rivalizam."(8)

A centralização do capital aparece como o processo que origina os grandes capitais monopolistas que dificultam a li

(8) MARX, Karl - Op. cit., Livro Primeiro, p.727.

vre mobilidade do capital produtivo ao mesmo tempo em que a emergência destas grandes empresas e a eliminação dos pequenos capitais competitivos apresentam-se como a consequência direta da manutenção e condição básica da concorrência capitalista.

Resta ainda discorrer sobre as formas efetivas sobre as quais se processa a centralização do capital. Concretamente as parcelas do capital social enfrentam forças de repulsão e atração. Por um lado formam-se novos capitais que destacam-se dos capitais originais. "A divisão da fortuna nas famílias capitalistas, além de outros fatores, desempenha aí papel importante" (9). Por outro lado a centralização se processa pela eliminação dos pequenos concorrentes num movimento de redistribuição da riqueza social ou através do crédito que possibilita a fusão de capitais mantidos dispersos quanto à propriedade, mas coesos sob um mesmo comando.

Enquanto que a centralização "através do desenvolvimento da propriedade só aparece casualmente e caminha lentamente, sendo, de fato, desbaratada frequentemente por casualidades" (10), por intermédio do crédito e principalmente com a difusão das sociedades por ações, o processo de centralização do capital efetiva-se definitivamente.

"É evidente que a acumulação, o aumento progressivo do capital pela reprodução que passa da forma circular para a

(9) MARX, Karl - Op. cit., Livro Primeiro, p.726

(10) HILBERDING, Rudolf - El Capital Financiero (tradução).

Madrid, Tecnos, 1973 - p.136 .

de espiral, é processo bastante lento, comparado com a centralização que precisa apenas alterar o agrupamento quantitativo das partes integrantes do capital social. O mundo ainda estaria sem estradas de ferro, se tivesse de esperar que a acumulação capacitasse alguns capitais isolados para a construção de uma ferrovia. A centralização entretanto, por meio da organização de sociedades anônimas, cria num instante as condições para uma tarefa dessa ordem."(11)

(11) MARX, Karl - Op. cit., Livro Primeiro, p.729.

CAPÍTULO II

A CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL DISPERSO - DO CRÉDITO À CONS TITUIÇÃO DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

A centralização do capital somente aparece como tendência irreversível a partir do desenvolvimento do crédito. Sob um mesmo controle centralizam-se os fragmentos do capital dispersos pelas forças de repulsão das partículas do capital social. Através da concorrência, a centralização da propriedade é que determina a centralização do comando do capital; com o crédito, a centralização do capital pode prescindir da centralização da propriedade e a acumulação e concentração ganham novo ímpeto.

"... A separação do movimento industrial de concentração da evolução da propriedade é importante porque, com ela, o primeiro já não necessita mais que seguir as leis técnico-econômicas, independentemente dos limites da propriedade individual."(12)

O capitalista, como capitalista financeiro, transforma seu capital-dinheiro em mercadoria-capital que tem o valor de uso de extrair mais-valia e, em troca da cessão desta mercadoria de valor de uso específico, recebe parte do valor criado. Tanto o capitalista monetário como o capitalista ativo apropriam-se da mais-valia gerada no processo produtivo - entretanto, como a taxa de juro é determinada no mercado fi-

(12) HILFERDING, Rudolf - Op. cit., p.136.

nanceiro, a distribuição do lucro total entre juro e lucro de empresário é regulamentada fora da esfera produtiva.

"Em $D - D'$ temos o ponto de partida primitivo do capital, o dinheiro da fórmula $D - M - D'$, reduzida aos dois extremos $D - D'$, sendo $D' = D + \Delta D$, dinheiro que gera mais dinheiro. É a fórmula primitiva geral do capital, concentrada numa síntese vazia de sentido. O capital em sua marcha completa é unidade do processo de produção e do de circulação, proporcionando por isso determinada mais-valia em período dado. Na forma do capital produtor de juros, esse resultado aparece diretamente, sem a intervenção dos processos de produção e de circulação. O capital aparece como fonte misteriosa, autogeradora do juro, aumentando a si mesmo. A coisa (dinheiro, mercadoria, valor) já é capital como simples coisa e o capital se revela coisa e nada mais; o resultado do processo de reprodução todo manifesta-se como propriedade inerente a uma coisa; depende do dono do dinheiro - a mercadoria em forma sempre permutável - gastá-lo como dinheiro ou emprestá-lo como capital. O capital produtor de juros é o fetiche autômato perfeito - o valor que se valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e nessa forma desaparecem todas as marcas da origem. A relação social reduz-se a relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesmo. Na vez da verdadeira transformação do dinheiro em capital, o que se mostra aí é uma forma vazia. Equiparado à força-de-trabalho, o valor-de-uso do dinheiro passa a ser o de criar valor, valor maior que o que nele mesmo se contém. O dinheiro como tal já é potencialmente valor que se valoriza, e como tal é emprestado

- o que constitui a forma de venda dessa mercadoria peculiar. Torna-se assim propriedade do dinheiro gerar valor, proporcionar juros, do mesmo modo que dar peras é propriedade de uma pereira. E como tal coisa que dá juros, o prestamista vende seu dinheiro. E mais. Conforme vimos, o capital que efetivamente funciona apresenta-se rendendo juros não como capital operante, mas como capital em si, capital-dinheiro.

"E a confusão prossegue. Embora o juro seja apenas parte do lucro, da mais-valia que o capitalista ativo extorque do trabalhador, o juro se revela agora, ao contrário, o fruto genuíno do capital, o elemento original, e o lucro, reduzido à forma de lucro de empresário, mero acessório, aditivo que se acrescenta ao processo de reprodução. Consumam-se então a figura de fetiche e a concepção fetichista do capital. Em $D - D'$ temos a forma vazia do capital, a perversão, no mais alto grau, das relações de produção, reduzidas a coisa: a figura que rende juros, a figura simples do capital, na qual ele se constitui condição prévia de seu próprio processo de reprodução; capacidade do dinheiro, ou da mercadoria, de aumentar o próprio valor, sem depender da produção - a mistificação do capital na forma mais contundente."(13)

A organização de sociedades por ações é fruto da difu-

(13) MARX, Karl - Op. cit., Livro Terceiro, pp. 451-452.

são e do desenvolvimento do sistema de crédito. O capital em ações corresponde a capital monetário sem prazo de vencimento e o rendimento das ações, no mercado financeiro, nivela-se à taxa de juro acrescida do componente de risco da aplicação.

A rentabilidade da ação, evidentemente, não se traduz somente na taxa de dividendo. Em primeiro lugar, nunca é demais lembrar, a taxa de dividendo deve ser calculada não sobre o valor nominal da ação, mas sobre o preço de mercado da mesma, que é determinado pelo rendimento capitalizado à taxa de juro vigente com acréscimo correspondente ao risco do investimento. Por outro lado, os lucros não distribuídos sob a forma de dividendos, independente se destinados à constituição de reservas ou ao aumento do capital contábil e consequente bonificação, elevam o patrimônio líquido da empresa e, no primeiro caso, o valor patrimonial da ação, ou, no segundo, o número de ações em poder do acionista (o que importa, portanto, não é a bonificação em si que, como consequência, reduz o preço de mercado das ações já valorizadas pela incorporação dos lucros não distribuídos).

O aumento do patrimônio da empresa, como pode-se supor, eleva a sua lucratividade e, conseqüentemente, a possibilidade das ações. De qualquer forma, o aumento do patrimônio tende a valorizar a ação no mercado e, portanto, estabelece, ao lado dos dividendos, a remuneração real do capital-dinheiro empregado sob a forma de ações ao preço de mercado.

Quando dizemos que o preço de mercado das ações é deter

minado pelo rendimento capitalizado à taxa de juro, apresenta-se de imediato o problema da relação entre este e o valor nominal da ação ou o valor patrimonial, que representa o patrimônio líquido da empresa.

O valor patrimonial da ação corresponde ao capital produtivo, valor efetivamente aplicado na empresa e que rende uma taxa de lucro superior à taxa de juro corrente. A diferença entre o preço de mercado e o valor patrimonial é portanto derivada da diferença entre as taxas de juro e lucro, sendo que a rentabilidade da ação relaciona o preço de mercado à taxa de juro enquanto que a taxa de lucro incide sobre o valor patrimonial da ação.

Sob o crédito simples, a parte do trabalho excedente não destinada ao capitalista monetário como juro é apropriada pelo empresário capitalista no decorrer do processo de produção; com a sociedade por ações, esta diferença é retida sob a forma de "ganho do fundador":

"A soma do 'capital em ações', isto é, a soma dos preços dos títulos de renda capitalizados, não precisa coincidir com o capital monetário transformado originariamente em capital industrial. Há que se perguntar, agora, como nasce esta diferença e qual é sua magnitude. Suponhamos uma empresa industrial com um capital de um milhão de marcos; seja 15% o lucro médio e 5% a taxa de juro corrente. A empresa produz um lucro de 150 000 marcos. A soma de 150 000 marcos, capitalizada como renda anual a 5%, terá um preço de três milhões de marcos. Mas, a 5%, o capital monetário talvez aceite somente títulos mais seguros, de renda fixa. Acrescentemos,

então, uma sobretaxa relativa ao risco, de 2%, por exemplo; consideremos ainda os gastos de administração, porcentagem sobre os lucros, etc., que têm que ser subtraídos do lucro da empresa e que se evitavam na empresa individual em oposição à sociedade por ações, e poderemos estimar uma diminuição do lucro disponível em 20 000 marcos. Poder-se-á repartir 130 000 marcos, que devem oferecer aos acionistas um rendimento de 7%. Então, o preço das ações é igual a 1 857 143, digamos, 1 900 000 marcos, aproximadamente. Para produzir o lucro de 150 000 marcos é necessário um capital de um milhão de marcos, unicamente; 90 000 estão livres; estes 900 000 marcos nascem da transformação do capital produtor de lucros em capital produtor 'portador de dividendos'. Se prescindirmos dos custos de administração superiores, derivados da forma da sociedade por ações, que diminuem os lucros, esses 900 000 marcos são iguais à diferença entre a quantidade capitalizada a 15% e a capitalizada a 7%, isto é, entre o capital que produz a taxa de lucro médio e o que produz o juro. Esta diferença é a que aparece como 'ganho do fundador'; uma fonte de rendimento que nasce unicamente da transformação do capital portador de lucros na forma de capital portador de juros."(14)

Segundo o exemplo de Hilferding, o capital de 1 milhão de marcos, aplicado na empresa, rende 130 000 marcos. As ações da empresa, com valor nominal totalizando 1 milhão de marcos, concorrendo no mercado monetário a uma taxa de 7%,

(14) HILFERDING, Rudolf - Op. cit., p.114

alcançam o preço de aproximadamente 1 900 000 marcos. O "ganho do fundador" surge portanto da possibilidade de colocar no mercado financeiro 1 000 000 marcos ao preço de 1 900 000.

A rentabilidade competitiva das ações e o "ganho do fundador" são as partes em que se distribui o lucro total. A mais-valia extraída no processo produtivo é repartida fora da esfera produtiva, no mercado financeiro: os pequenos capitalistas são remunerados a uma taxa pouco superior à taxa de juro, o que permite "ganhos de fundador" aos grandes capitalistas. Não se trata simplesmente da transformação primária do capital "produtor" de lucros em capital "produtor" de juros: a diferença entre as taxas de lucro e juro, mesmo uma vez acomodada pelo preço de mercado das ações, está condicionada a um processo cumulativo pelo próprio desenvolvimento da empresa; por outro lado, as variações nas taxas de lucro e juro provocam desequilíbrios constantes, ocasionando perdas e novos "ganhos de fundador". Generalizando, o "ganho do fundador" aparece como a forma dos grandes capitalistas apropriarem-se da parte do excedente que ultrapassa a rentabilidade competitiva das ações. São os grandes capitalistas que, no lançamento, podem adiantar o valor nominal das ações para posterior distribuição das mesmas ao preço de mercado. São os grandes capitalistas que dedicam-se à especulação.

O desenvolvimento do capital na forma de capital financeiro permite que se efetive a centralização do capital. Se, por outro lado, a centralização trará como resultante a cria

ção de espaços economicos diferenciados para pequenos e grandes capitais, será a própria forma financeira do capital que restabelecerá a mobilidade bloqueada. O capital passa a mobilizar-se através da esfera financeira, rompendo a descontinuidade das unidades de produção e garantindo a reprodução do capital social total; como é a reunião de capitais que permite a centralização, será a própria divisão destas grandes empresas em relação à propriedade que restaurará o conceito de capital social. O mesmo raciocínio vale para a elevada imobilização em capital fixo que a centralização provocou mas que readquire mobilidade como capital financeiro.

No capítulo a seguir será abordada a relação entre os capitais independentes num mercado dominado por um número reduzido de capitais de elevada magnitude. A mobilização do capital produtivo será analisada levando-se em consideração que a reprodução do capital social total já está assegurada pela forma financeira do capital - a dicotomia entre pequenos e grandes capitais é contornada pelo capital financeiro enquanto que a mobilidade e a concorrência entre o capital produtivo retrai-se para o interior destes grupos.

Ainda em relação ao capital financeiro, deve-se acrescentar que a forma financeira do capital dinamiza a mobilização da propriedade independente do processo produtivo. O mercado financeiro confere à mercadoria-capital o consagrado aspecto gelatinoso da curva de possibilidades de produção, a despeito do crescente peso do capital fixo. Quando a propriedade capitalista adquire a forma de títulos de rendimento, o

capital com lucros decrescentes é automaticamente depreciado pela redução do preço da ação no mercado. O capital, como capital financeiro, ganha ainda a fluidez necessária para acumular-se fora da esfera produtiva e mesmo a despeito do movimento da produção.

"A mobilização do capital transforma, em proporção crescente, a propriedade capitalista em títulos de rendimento e, em volume crescente, torna independente o processo capitalista de produção do movimento da propriedade capitalista. A transação destes títulos na Bolsa significa movimento na propriedade. Mas esta transferência na propriedade pode suceder agora independentemente do movimento da produção e sem nenhuma influência sobre ela. O movimento da propriedade é agora independente e já não está determinado por processos de produção. Enquanto que antes o movimento na propriedade significava ao mesmo tempo transferência de empresários capitalistas e, por outro lado, a troca de função do empresário condicionava mudanças na propriedade, agora já não sucede o mesmo. E enquanto que antes a principal causa para a alteração da distribuição da propriedade eram os diferentes resultados da produção e a distribuição da propriedade era um produto da concorrência industrial, há que acrescentar a estas causas primárias, que todavia continuam operando, outras que procedem do mecanismo da circulação de títulos e que podem motivar movimentos na propriedade que não influem na produção da mesma forma que seu nascimento tampouco provocou alterações nas relações de produção." (15)

(15) HILFERDING, Rudolf - Op. cit., pp.152-153.

CAPÍTULO III

MERCADO, MAGNITUDE E NÚMERO DE CAPITALS INDEPENDENTES

O mercado impõe-se ao conferir caráter social aos produtos dos capitais independentes. Por intermédio do mercado, cada partícula do capital social vê avaliado o fruto de seu processo autônomo de produção que deve ser confrontado com todos os demais esforços igualmente autônomos que compõem o trabalho social. O valor da produção privada só é socialmente reconhecido através do mercado que conseqüentemente incita os capitais à mobilização entre os diversos ramos de produção e ao desenvolvimento das forças produtivas.

Todo e qualquer trabalho que se mantém privado, reclama um mercado capaz de mediar e conferir caráter social a seus produtos. Numa sociedade em que prevalece o trabalho independente, somente o mercado pode reestabelecer a interdependência derivada da divisão social do trabalho.

Da mesma forma, o conceito de capital enquanto valor, só pode ser mantido se se mantiver a mercadoria. Eliminada a mercadoria, não se fala mais em valor, muito menos em capital (desconfie-se portanto destas perplexas teorias que eliminam o conceito de mercado num contexto em que as empresas produzem de forma autônoma, bem como daquelas em que a mercadoria e o capital convivem com o trabalho diretamente social).

O capital social, se por definição não pode ser composto por um único elemento, pode entretanto ver variados a mag

nitude e o número dos fragmentos que o compõe.. O comportamento de cada capital é mesmo delimitado pelo grau de concentração e centralização do capital: à medida em que aumenta a dimensão das empresas e diminuem as partículas do capital que agem independentemente, altera-se o padrão de concorrência e modificam-se as características do mercado.

O processo que concentra e centraliza o capital, ao aproximar as parcelas do capital, torna mais direta a conexão de cada unidade do capital com o capital social. Determinadas relações entre o comportamento dos capitais autônomos e a expansão do valor-capital, antes circunscritas aos meios acadêmicos, passam mesmo a ser perceptíveis em instância sensível, temidas e respeitadas; mas, sob as relações sociais entre os produtos do ainda trabalho privado, entretanto, ocultam-se necessariamente as profundas contradições internas e increntes ao próprio movimento do capital.

A centralização do capital, porém, não é um processo que desconhece limites. Não se deve esperar um não fim do processo de centralização e a formação de uma única unidade de capital que, por si só, descaracterizaria o próprio capital. A centralização do capital, ao alterar o padrão de concorrência, passa a ser regulamentada por este novo padrão que, a um tempo só, limita a continuidade do processo de centralização e reforça a supremacia dos grandes capitais. As forças de atração dos fragmentos do capital social, a partir de um determinado grau de monopolização da economia, são contrabalhadas por forças de repulsão decorrentes do nível de

centralização alcançado.

"Não é verdade que se deva necessariamente esperar um processo ilimitado de concentração em direção a cada vez menos firmas controlarem mais indústrias e a economia como um todo. A 'tendência à monopolização', ou a combinação da concentração com a restrição à concorrência, está sempre presente e é reforçada por diversos fatores. Mas existem poderosas forças contrárias - leis, crescimento do mercado, soberania empresarial - e é perfeitamente possível que, no tempo, essas forças tendam a contrabalançar (ou mesmo ultrapassar) o movimento em direção à concentração, de forma que a concentração líquida não cresça (ou mesmo decline). A experiência dos últimos vinte anos é consistente com a predição deste efeito."(16)

Se o processo de centralização da economia pode ver-se detido, as forças que mantêm afastadas as parcelas do capital social só puderam entrar em ação a partir do momento em que já era incontestável o domínio dos grandes capitais. Sob o capitalismo monopolista "as desvantagens competitivas da pequena empresa são tão consideráveis que os economistas parecem ter considerado necessário explicar a sobrevivência da pequena empresa"(17). Mesmo na abertura de novos ramos para

(16) BAIN, Joe S. - "The General Explanation of the Development of Concentration". In MANSFIELD, E (ed) - Monopoly Power and Economic Performance. New York, Norton, 1968
- pp.87-88

(17) PENROSE, Edith Tilton - Teoria Del Crescimento de la Em

a acumulação do capital, a tendência à centralização, como reflexo do grau de centralização da economia, aparece com força irreversível.

"Se o crescimento da economia como um todo é acompanhado pela criação de novas indústrias e campos tecnológicos não dominados por grandes empresas, será possível que empresas novas ingressem em tais indústrias, obtendo aquelas melhor dotadas e que se estabeleceram mais rapidamente, uma posição dominante. Nos primeiros momentos de um desenvolvimento industrial rápido, os interstícios podem ser muito amplos e numerosos pois as empresas estabelecidas são poucas e há muitas novas indústrias nascentes. Todavia, parece evidente que cada uma das indústrias principais tendam rapidamente a ser dominadas por umas poucas empresas grandes e logo se produza um alto grau de concentração."(18)

Sob o capitalismo monopolista, a mobilidade do capital aparece com características próprias. Já nos referimos à instância financeira que assegura a reprodução do capital social. Por outro lado, a economia centralizada exige que a mobilização do capital produtivo entre os ramos da economia se processe através da diversificação das grandes unidades produtivas. Se, numa economia em que generalizou-se a grande empresa, os pequenos capitais produtivos, por força da concorrência, encontram barreiras à entrada e só marginalmente podem conviver lado a lado com os grandes capitais, isto sig

presa (tradução). Madrid, Aguilar, 1972 - p.238.

(18) PENROSE, Edith T. - Op. cit., p.242.

nifica que somente as grandes unidades, através da diversificação da produção, podem mobilizar-se para as indústrias monopolizadas. A concorrência entre os grandes capitais não desaparece - o que assistimos é mais uma alteração do padrão de concorrência que se processa num espaço econômico reservado para os grandes capitais que continuam mobilizando-se para os setores em que as oportunidades de valorização são maiores.

"... muitas oportunidades lucrativas de diversificação colocam frente a frente as grandes empresas para que concorram entre si; à medida em que as empresas petrolíferas se dirigem à química, as empresas automobilísticas aos motores ferroviários e aeroviários, as siderúrgicas à construção de barcos, os produtores de sabonetes aos cosméticos, etc., a concentração das indústrias ou dos produtos diminuirá, sem que se reduza a concentração da economia como um todo."(19)

"... As barreiras à entrada podem efetivamente manter as pequenas empresas fora de importantes áreas produtivas; para as grandes empresas é provável que só consigam impedir a produção de artigos idênticos ou o uso da mesma técnica, o que força o desenvolvimento rápido de produtos ou métodos substitutivos. Deste modo, os obstáculos não são plenamente efetivos."(20)

A diversificação das atividades das empresas aparece como a forma de mobilização do capital produtivo - é por is-

(19) PENROSE, Edith T. - Op. cit., p.278.

(20) PENROSE, Edith T. - Op. cit., p.251.

to que a descentralização em uma indústria particular não altera o grau de centralização da economia. Se Galbraith se detivesse mais sobre este aspecto, não tiraria tão inexpressíveis conclusões sobre o gigantismo da empresa moderna. Espantado com a dimensão da General Motors que "é suficientemente grande para produzir bens tão diversos como motores de avião e frigoríficos", conclui que "a dimensão da General Motors não está ao serviço do monopólio nem das economias de escala, mas sim do planejamento" (21) - e planejamento, para Galbraith, é uma palavra mágica.

Para uma mesma indústria, as atitudes de uma das poucas firmas afeta o mercado e tal interferência, como as políticas a serem adotadas pelas empresas rivais, são passíveis de serem previstas. Da mesma forma, pode-se supor que preços que possibilitem taxas de lucros superiores às que sofrerem os grandes capitais noutras indústrias, têm o dom de atrair novas firmas para o setor. Os preços, portanto, não deixam de responder ao progresso tecnológico - o que muitos economistas tomam por rigidez dos preços é provavelmente a rigidez cíclica que não se impõe a longo prazo.

"O que a estratégia comercial realmente almeja - e a única coisa que, na verdade, pode conseguir - é evitar as flutuações de temporada, fortuitas ou cíclicas, dos preços, e que estes variem apenas como reação às modificações mais

(21) GALBRAITH, John Kenneth - O Novo Estado Industrial (tradução). Lisboa, Dom Quixote, 1973 - p.104.

fundamentais nas condições que servem de base a essas flutuações. Uma vez que essas modificações fundamentais demandam tempo para se manifestar, essa estratégia se traduz no movimento lento, a passos discretos, mantendo-se os preços até que um quadro nôvo e de contornos relativamente duráveis substitua o antigo."(22)

Podemos dizer que as empresas monopolistas detêm relativo controle sobre o mercado. Mas, com outras cartas, os capitais enfrentam-se e portanto enfrentam juntos o processo contraditório da acumulação do capital. Para as grandes empresas, a produção desenfreada e a concorrência através de preços são coisas do passado. A produção passa a ser planejada de acordo com a possibilidade de sua realização a uma determinada taxa de lucro e a concorrência, talvez mais violenta que dantes, penetra no audacioso mundo da publicidade.

Frente à previsão de retração da demanda, o comportamento a adotar pode ser inclusive de elevação dos preços, desde que tal elevação corresponda a uma maior rentabilidade do capital.

"... Os monopólios preferem preservar suas margens de lucro a baixar seus preços para estimular uma demanda que, a priori, já consideram inelástica. Este raciocínio pode levá-los inclusive a aumentar seus preços para compensar uma possível queda na demanda através do aumento das margens unitá-

(22) SCHUMPETER, Joseph A. - Op. cit., p.118.

rias de lucro."(23)

A uma crise, as empresas respondem com um aumento na capacidade ociosa destas grandes plantas indivisíveis, encomendadas por todos os produtores antes que o mercado possa utilizá-las todas, conjuntamente.

"... Cada um dos produtores correntes quer participar duma eventual expansão das vendas, e impedir que novos concorrentes dela spoderem-se."(24)

Assim como a produção em relação ao mercado, o investimento dentro da indústria também passa a ser planejado em função do grau de utilização das plantas.

"... Excesso de capacidade indesejada ou, em geral, qualquer desvio do nível de utilização planejado, afetará a taxa de investimento na indústria em questão."(25)

Isto não significa que, na ausência de projetos de investimentos dentro da indústria, a valorização do capital e portanto os lucros percam atualidade. Ao contrário, como vimos, o capital pode mobilizar-se diversificando a produção e, como capital financeiro, acumular-se independentemente do movimento da produção.

A ingênua noção de que o mercado foi substituído pelo

(23) DALLEMAGNE, J. L. - La Inflacion Capitalista (tradução).

Barcelona, A. Redondo, 1972 - p.181.

(24) STEINDL, J. - Maturity and Stagnation in American Capitalism. Oxford, Basil Blackwell, 1952 - p.10.

(25) STEINDL, J. - Op. cit., p.13.

planejamento é provavelmente decorrente da ampliação dos horizontes das empresas. Se, de forma geral, "no capitalismo, a divisão social do trabalho é forçada caótica e anarquicamente pelo mercado, enquanto a divisão do trabalho na oficina é imposta pelo planejamento e controle"(26), na medida em que aumenta a dimensão das empresas e diminuem as partículas que agem independentemente, o crescente planejamento interno de cada unidade passa a repercutir a nível do mercado. Mas o capital, podendo mobilizar-se através da diversificação da produção das grandes empresas, subordina-se ao mercado e não está imune às contradições internas ao seu próprio movimento. A produção, os preços, os lucros podem estar sob relativo controle mas, após quase três décadas de "planejamento tecnocrático", o mercado reclama sua supremacia e incontestavelmente volta a reger a economia. Fala-se em preços controlados a serviço do planejamento - "este 'controle' exerce-se, evidentemente, de modo a servir os objetivos da tecnoestrutura"(27) - mas não se compreende porque os preços são formados a partir dos custos de produção acrescidos de uma determinada taxa de lucro sobre o capital (mesmo que esta taxa seja estabelecida de forma indireta, através da relação capital/produto), isto é, sobre o produto). Se uma mesma taxa de lucro é desejada por todas as grandes empresas a um tempo só, trata-se mais de determinação do mercado que de

(26) BRAVERMAN, Harry - Trabalho e Capital Monopolista (tradução). Rio de Janeiro, Zahar, 1977 - p.72.

(27) GALBRAITH, John Kenneth - Op. cit., p.237.

simples desejo que além de tudo se estabelece a partir de preços e de uma taxa de lucro médio sobre a qual se mobilizam os grandes capitais (os pequenos capitais que se mobilizam em seus próprios espaços econômicos).

Quando o mercado passa a comportar poucas grandes empresas, o imediatismo derivado da livre concorrência dá lugar a um procedimento em que a expansão de cada capital exige tolerância mútua e, portanto, permite ampliar os horizontes e racionalizar a atuação das empresas.

"... a companhia gigante de hoje é uma máquina de maximização de lucros e acumulação do capital, pelo menos nas mesmas proporções em que o era a empresa individual de um período anterior. Mas ela não constitui apenas uma versão ampliada e institucionalizada do capitalista pessoal. Há grandes diferenças entre esses tipos de empresa, e pelo menos duas delas são de importância primordial para uma teoria geral do capitalismo monopolista: a grande companhia tem um horizonte temporal maior do que o capitalista individual, e é um calculador mais racional."(28)

Os preços dos produtos assumem a aparência de não estarem vinculados à maximização do lucro, enquanto que, para o capital, houve apenas um alargamento do período sobre o qual a valorização é avaliada.

"... O preço de equilíbrio é aquele que maximiza o lucro a longo prazo, no sentido de que cada empresa tenha em

(28) BARAN, Paul A. e SWEEZY, Paul M. - Capitalismo Monopolista. (tradução). Rio de Janeiro, Zahar, 1974 - pp.55-56.

conta não só nem tanto as reações dos consumidores, senão também e principalmente as reações dos rivais efetivos e potenciais, reações possíveis nestas condições técnicas ou de mercado. Cada empresa renuncia a elevar ao máximo seu lucro a curto prazo, se crê que isto possa prejudicar a maximização do lucro a longo prazo."(29)

(29) LABINI, Paolo Sylos - Op. cit., p.102.

TERCEIRA PARTE

A PERSONIFICAÇÃO DO CAPITAL NO CAPITALISMO MONOPOLISTA

CAPÍTULO I

GRANDE EMPRESA E DIREÇÃO - O DESDOBRAMENTO DAS FUNÇÕES DIRETIVAS

A concentração e a centralização do capital é acompanhada, a curta distância, por uma crescente complexidade nas funções de direção empresarial. Frente ao crescimento das escalas de produção, internalização de ocupações anteriormente externas à empresa, surgimento de atividades próprias de grandes unidades, diversificação produtiva, etc., tornou-se necessária uma acentuada divisão das tarefas de administração do processo produtivo. A direção tradicional foi desmembrada e novas funções foram criadas, formando uma extensa rede encarregada do controle empresarial.

Um mesmo capital, através de uma companhia holding, distribui-se entre diversas empresas complementares ou não. Entre estas empresas pode-se encontrar diversos fornecedores e clientes internos ao grupo, produtores de bens de um mesmo ramo, indústrias totalmente desarticuladas e mesmo entidades creditícias e bancárias. A noção de complementaridade é mesmo um tanto vaga, pois um bom respaldo financeiro pode ser um complemento muito mais decisivo que qualquer integração vertical. A partir de cada empresa ramificam-se uma série de unidades que se subdividem em departamentos, divisões, seções, etc. e cada empresa pode ter várias plantas iguais, com a dimensão indicada para a exploração de economias de escala.

Hoje pode parecer heróico o empresário capitalista que

sozinho desempenhava as atividades distribuídas entre compras, almoxarifado, ramos diversos da produção, controle de qualidade, armazenagem, pesquisa de mercado, promoção e publicidade, vendas, distribuição, transportes, administração de pessoal, recrutamento, treinamento, contabilidade, bancos, duplicatas, controle de custos, planejamento e programação, inovações e aperfeiçoamentos e outras tantas subdivisões que somente com a boa memória dos bons administradores de empresa poderíamos relacionar.

"... Falando da primeira parte do século XIX, diz Pollard: 'O empresário em grande escala, daquela época, começava com pessoal muito limitado nas funções gerenciais, burocráticas e administrativas: ele mesmo escrevia suas cartas, visitava seus clientes, e desancava seus homens com sua própria bengala'. O pequeno número de empregados no escritório, mesmo em grandes firmas, fazia ao mesmo tempo contabilidade, controle de tempo, da qualidade, e desenhos. Durante anos, diz Pollard, Watt fez seus próprios desenhos, e dá esta notável estatística: 'Os Arkwrights, em 1801-04, empregavam apenas três funcionários para cuidar de 1'063 trabalhadores, os quais, quisesse todos, eram pagos pelo complicado sistema da produção por peça'. Nos Estados Unidos, observa Alfred D. Chandler: 'Antes de 1850 poucas firmas norte-americanas necessitavam dos serviços de um administrador de tempo integral ou precisavam de uma estrutura administrativa claramente definida. As empresas industriais eram muito pequenas em comparação com as de hoje. E eram em geral negócios de família. Os dois ou três homens responsáveis pelo destino

de uma única empresa executavam todas as suas atividades básicas - econômicas e administrativas, operacionais e empresariais'."(1)

"Correspondendo às funções administrativas do capitalismo do passado, existe agora um complexo de departamentos, cada um dos quais assumiu em forma ampliada uma única função que ele efetuava com mínimo pessoal no passado. Correspondendo a cada uma dessas funções já não há mais um único gerente, mas um departamento inteiro que imita em sua organização e em seu funcionamento a fábrica de onde ele brotou. A função especial de administração é exercida não mais por um único gerente, nem mesmo por uma equipe de gerentes, mas por uma organização de trabalhadores sob o controle de gerentes, assistentes de gerentes, supervisores, etc."(2)

Para alguns teóricos da tecnocracia, o desdobramento das funções diretivas já é, por si só, condição suficiente como base para as suas conclusões. A dissociação entre propriedade e controle, derivada da difusão das sociedades por ações, aparece como um reforço desnecessário pois, se é pela complexidade do controle que os grupos de homens com informações organizadas adquirem poder, este poder é conferido independentemente das empresas, segundo a propriedade, estarão constituídas sob a forma individual ou de sociedades por

(1) BRAVERMAN, Harry - Trabalho e Capital Monopolista (tradução). Rio de Janeiro, Zahar, 1977 - p.222.

(2) BRAVERMAN, Harry - Op. cit., p.228.

ações. O advento das sociedades por ações só é importante para a análise na medida em que possibilitou a reunião do capital necessário para a formação da grande empresa. Sob este aspecto, Burnham manifesta-se clara e explicitamente.

"... As distintas tarefas devem ser organizadas e coordenadas de modo que os distintos materiais, ferramentas, máquinas, oficinas e operários encontrem-se disponíveis no lugar adequado, em momento oportuno e no número necessário. Esta tarefa de direção e coordenação é, em si mesma, uma função altamente especializada e, além disto, exige frequentemente conhecimentos de engenharia, de ciências físicas (ou sociais e psicológicas, já que os seres humanos são também meios de produção, e não dos menos importantes)."(3)

"... Denomino 'diretores técnicos', em síntese, aos chefes de produção, todos aqueles que na atual sociedade estão efetivamente dirigindo o processo de produção em seu aspecto técnico, não importa qual seja a forma legal ou financeira - individual, por ações, estatal - de tal processo."(4)

Para Burnham, não é pelo fato dos proprietários (acionistas) comportarem-se como capitalistas monetários que estes perdem o controle para a tecnocracia - o poder da tecnocracia emana de condições técnicas, da própria divisão e especialização das tarefas de controle.

(3) BURNHAM, James - La Revolución de los Directores (tradução). Buenos Aires, Sudamericana, 1967 - p.107

(4) BURNHAM, James - Op. cit., p.109 (grifos nossos).

CAPÍTULO II

PROPRIEDADE E DIREÇÃO - A DISSOCIAÇÃO CRESCENTE

A dissociação entre a propriedade do capital e a direção do processo de produção de mais-valia, corresponde à forma mais desenvolvida que assume a valorização do capital, ao mesmo tempo em que apresenta o capital em sua forma mais geral de valor que se auto-valoriza. O crédito constitui a forma primitiva desta dissociação: o capitalista monetário entrega seu capital em troca de parte do produto excedente ao mesmo tempo em que renuncia a qualquer controle sobre a sua aplicação produtiva.

O capital produtor de juros, e mais tarde o capital transformado em ações, enquanto propriedade que se expande autonomamente, independente das virtudes do empresário capitalista, faz com que o capitalista afaste-se do trabalho de direção do processo produtivo e confere ao capital a figura de "fetiche autômato perfeito".

Com o desenvolvimento das sociedades por ações verifica-se a "Transformação do capitalista realmente ativo em mero dirigente, administrador do capital alheio, e dos proprietários do capital em puros proprietários, simples capitalistas financeiros. Mesmo quando os dividendos que recebem englobam o juro e o lucro de empresário, isto é, o lucro total (pois a remuneração do dirigente é ou deveria ser mero salário para certa espécie de trabalho qualificado, com preço regulado pelo mercado como qualquer outro trabalho), esse lucro total é percebido tão-só na forma de juro, isto é, como recompensa

à propriedade do capital, a qual por completo se separa da função no processo real de produção do mesmo modo que essa função, na pessoa do dirigente, se dissocia da propriedade do capital."(5)

"... As sociedades por ações em geral - que se desenvolvem com o sistema de crédito - têm a tendência a separar cada vez mais da propriedade do capital a função de administrar, seja o capital próprio ou emprestado, do mesmo modo que o desenvolvimento da sociedade burguesa levou as funções judiciárias e administrativas a se dissociarem da propriedade fundiária, de que eram atributos na era feudal. O capitalista ativo contrapõe-se ao mero proprietário do capital, o capitalista financeiro, e com o desenvolvimento do crédito o próprio capital-dinheiro assume caráter social, concentra-se em bancos que o emprestam, substituindo os proprietários imediatos dele; além disso, o simples dirigente que não possui o capital a título algum, nem por empréstimo nem por qualquer outro motivo, exerce todas as funções reais que cabem ao capitalista ativo como tal. Nessas condições, fica existindo apenas o funcionário e o capitalista desaparece do processo de produção como figura supérflua."(6)

Ao considerar desnecessária a participação do proprietário no processo capitalista de produção, Marx retém-se na essência do capital, enquanto derivação do trabalho privado, assumindo que a relação entre propriedade e direção é teori-

(5) MARX, Karl - O Capital (tradução). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975 - Livro Terceiro, p.505.

(6) MARX, Karl - Op. cit., Livro Terceiro, p.446

camente prescindível para a acumulação.

Os capitalistas transferem-se da órbita produtiva para o cenário financeiro. Afastando-se dos cargos de direção da empresa, os capitalistas retiram-se para os salões das bolsas de valores, onde distribui-se a mais-valia gerada no processo produtivo. Excluindo-se a parcela com que o capital privilegia os administradores profissionais (a gratificação a quem, em seu nome, comanda o processo de trabalho) o lucro total, como soma das parcelas referentes a juro e lucro de empresário, passa a ser distribuído na forma de remuneração de títulos de renda. Foi Hilferding quem melhor compreendeu as implicações desta metamorfose do juro e lucro de empresário. Por um lado o simples acionista contenta-se com uma rentabilidade algo superior à taxa de juro e, conseqüentemente, por outro lado, o grande capitalista pode apropriar-se da diferença entre as taxas de lucro e juro através da categoria econômica que Hilferding denominou "ganho do fundador". As sociedades por ações, por força do mercado, extraem a mais-valia enquanto que os pequenos e grandes capitalistas enfrentam-se no mercado bursátil pela partilha do excedente econômico. O "ganho do fundador" é arrecadado fora da esfera produtiva, pela venda de ações no mercado financeiro acima de seu valor patrimonial.

À medida em que os capitalistas diversificam sua carteira de ações, a propriedade de cada sociedade vai se descentralizando. Para os acionistas desarticulados, toda e qualquer política que a empresa adote ganha um palco próprio de

repercussão: os problemas não se resolvem no âmbito das assembléias, mas nos corredores das bolsas.

Em 1932, Berle e Means publicaram uma pesquisa sobre o grau de descentralização da propriedade alcançado entre as maiores empresas americanas e concluíram, para alarme geral dos economistas, que os proprietários do capital já não controlavam mais as empresas, pois era mínima a percentagem das ações que um mesmo acionista retinha e os administradores, com reduzida parcela da propriedade, dirigiam enormes massas de capital.

"Como era de se esperar, o processo de dispersão da propriedade foi mais longe nas maiores companhias. As listas de acionistas da maior ferrovia, a Pennsylvania Railroad, da maior empresa de utilidade pública, a American Telephone and Telegraph Company, e da maior indústria, a United States Steel Corporation, mostram que, em cada caso, o principal acionista em 1929, possuía menos que 1% das ações... Mesmo os vinte maiores acionistas somados, em 1929, só detinham 2,7% da Pennsylvania Railroad, 4% da Telephone Company e 5,1% da Steel Company."(7)

"... Na sociedade por ações, o controle da indústria pode ser, e tem sido, exercido com um mínimo de participação acionária."(8)

(7) BERLE jr., Adolf A. and MEANS, Gardiner C. - The Modern Corporation and Private Property. New York, Macmillan, 1940 - p.47.

(8) BERLE Jr., Adolf A. and MEANS, Gardiner C. - Op. cit.,69

Com a dispersão do capital, os diretores, com uma ínfima percentagem de ações, não enfrentam, via de regra, qualquer ameaça por parte dos proprietários. Os acionistas deixam de interferir na direção do processo produtivo e os administradores podem controlar as empresas sem estarem submetidos a seus proprietários.

"... na maior parte dos casos, somente organizados, podem os acionistas fazer uso efetivo de seus votos. Mas, acionistas típicos não são organizados por definição. Eles diversificam suas aplicações em função de evitar, além doutros riscos, o risco de encontrarem-se presos a uma firma com cujas políticas estejam insatisfeitos e, se de fato insatisfeitos, eles normalmente preferem vender as ações do que enfrentar os distúrbios e as despesas de organizar oposição. Por outro lado, os diretores tem geralmente uma reduzida participação, suficiente entretanto para dominar as assembleias na ausência de oposição firme ou concentrada."(9)

Dizer que o controle das empresas está nas mãos dos acionistas majoritários não soluciona nem altera o problema levantado. Não se trata de ficar estabelecendo limites percentuais arbitrários entre controle por administradores e controle por minoria, mas também não se pode ignorar que os efeitos das políticas adotadas pelos diretores extrapolam as suas diminutas participações nas sociedades. Da mesma forma,

(9) MARRIS, Robin - The Economic Theory of "Managerial" Capitalism. New York, Basic Books, 1968 - p.18.

em relação ao desdobramento das funções diretivas, não estamos interessados em saber se os acionistas majoritários decidem ou apenas retificam as decisões da informação organizada: não vamos nos entreter com os artifícios com que os proprietários manobram os tecnocratas nem com as artimanhas destes últimos - o impasse teórico não se resolve por este caminho. Não vamos igualmente acompanhar as fricções entre acionistas majoritários e administradores - em épocas de crise econômica é mesmo comum a substituição de diretores pois, quando os negócios não andam bem, todos os partidários do equilíbrio, montados sobre a estrutura que não compreendem, saem à caça às bruxas.

CAPÍTULO III

FUNÇÃO SOCIAL DA "TECNOCRACIA" - A SUBORDINAÇÃO EXPLÍCITA AO CAPITAL

Todos os teóricos da tecnocracia, assim como a maior parte dos autores que se contrapõem a tão exótica tese, partem para suas análises de um ponto comum: o lucro só é gerado no processo de produção na medida em que o empresário capitalista controla efetivamente este processo. Portanto, para os primeiros, a emergência da tecnocracia é derivada quer da complexidade da direção da grande empresa, quer da transformação de toda a propriedade da empresa em títulos de renda e conseqüente transferência dos proprietários, da esfera produtiva para a bolsa de valores (Galbraith utiliza as duas argumentações independentes, de Burnham e de Berle e Means, respectivamente). Para os críticos, por outro lado, a continuidade do modo capitalista de produção só é assegurada pelo controle exercido pelos acionistas majoritários.

Para ambos, o lucro não é a fonte da acumulação que se impõe pelas forças do mercado e da concorrência intercapitalista, mas simplesmente uma escolha individual do capitalista em seu afã de enriquecer-se (não é por acaso que os privilégios assumem o papel central na análise de diversos autores, constituindo-se no fim sobre o qual a sociedade se estrutura - a especificidade de um modo de produção que nasce das entranhas da mercadoria vai por água abaixo). Mais dogmáticos que ortodoxos, muitos marxistas, embora relacionando lucros com acumulação do capital, esquecem que a expan

são de cada partícula do capital é estimulada por mecanismos sociais, pois a própria autonomia dos capitais determina que os frutos dos capitais independentes só adquiram o caráter social através da troca. É o mercado portanto que, reconhecendo nos produtos dos capitais individuais as parcelas do produto do capital social total, incita a concorrência, o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação do capital (para um mercado oligopolizado podem ser superadas as incertezas de curto prazo, mas isto significa somente a ampliação dos horizontes das empresas, nunca a eliminação da concorrência).

Se a acumulação não fosse o resultado de um processo histórico em que os produtos do trabalho privado assumem a forma de mercadoria para alcançarem suas características sociais, seríamos forçosamente levados a engrossar as fileiras dos teóricos da tecnocracia. Seus argumentos não encontram resposta por parte daqueles que vêm na mais-valia apenas um ato de vontade do proprietário do capital em busca da expansão de sua riqueza. A ironia com que Galbraith descreve uma situação em que os administradores estariam dirigindo a empresa em proveito dos proprietários, monta-se inclusive supondo-se que os administradores sejam ou trabalhem para os acionistas majoritários.

"... A ganância, a avareza e a cobiça, que tão valiosamente motivam o sistema, são fornecidas pelos administradores - a estrutura técnica - e os seus frutos vão para os donos. Os administradores não dependem dos donos. Assim funcio

na o sistema porque os mais gananciosos estão também mais conscienciosamente decididos a trabalhar em benefício alheio. A avareza se coloca filantropicamente a serviço de outros."(10)

Se a acumulação não fosse determinada pelo mercado, por que os acionistas-dirigentes, que detêm apenas uma pequena parcela do capital, estariam interessados em valorizar o capital total da empresa? A noção de lucros satisfatórios está diretamente vinculada à remuneração do capital em ações. Se a rentabilidade das ações é estabelecida no mercado financeiro a uma taxa pouco superior à taxa de juro, então, preenchida esta exigência, os administradores não encontram outras reivindicações por parte dos acionistas desarticulados. Os acionistas investem em ações como em títulos de renda e não há porque interferir na direção de uma empresa que esteja assegurando a remuneração de suas ações.

"... Diante de um nível básico de lucros, os acionistas tranquilizam-se. Só se elevam, individual ou coletivamente, quando os lucros são reduzidos ao ponto de não permitirem a não se pagar dividendos. Na forma de acumulados, o controle de grandes firmas, sendo-a de parte a parte, é exercido por meio da aquisição de quotas, e não por meio de ações. Entre as centos e tantas maiores companhias (que representam o principal quinhão de todas as vendas e ativos) as batalhas

(10) GALBRAITH, John Kenneth - A Economia e o Objetivo Público (tradução). São Paulo, Martins, 1975 - pp-90-91.

entre procuradores, quando há bons lucros, são virtualmente desconhecidas. Esta é outra maneira de dizer que a posição da estrutura técnica em tais circunstâncias é invulnerável."(11)

O capitalista ativo, ou empresário capitalista, procurava maximizar os lucros para que, deduzidos os juros preestabelecidos que remuneravam os capitalistas financeiros e seu próprio capital enquanto capital monetário, maior fosse a parcela que restasse como lucro de empresário. Tal motivação fundamentava-se na propriedade da empresa que dirigia e na apropriação de todo lucro que excedesse o juro do capital. Uma vez que nas modernas sociedades os acionistas devem ser remunerados à taxa de juro vigente com acréscimo relativo ao risco do investimento, e considerando-se que todo o lucro que ultrapasse este limite não será apropriado pelos dirigentes, mas sim redistribuído entre os proprietários da empresa, deixaria de haver qualquer motivação para a administração em maximizar os lucros. Mesmo para os acionistas majoritários, não há porque dirigir uma companhia em função de maximizar os lucros de um capital que, apenas em ínfima parte lhes pertence.

A chave do problema para os teóricos da tecnocracia reside pois na autonomia dos administradores do processo produtivo: para estes, não há predeterminação alguma para o comportamento da "tecnocracia" que, desatada de qualquer estru-

(11) GALBRAITH, John Kenneth - Op. cit., p.95.

tura mais abrangente, segundo objetivos próprios, manda e desmanda, faz o que quer.

"... Os diretores que se recusam a maximizar lucros para se dedicarem, por exemplo, a atender interesses sociais como o dos empregados, não podem ser judicialmente condenados: na verdade, provavelmente, tornar-se-ão populares."(12)

"... não há regras rígidas, no jogo, que possam prender os diretores a uma série particular de políticas ou a um objetivo particular em suas atividades como organizadores e administradores das modernas sociedades por ações. Eles têm a liberdade de escolha entre um amplo número de políticas, algumas das quais afetam as regras do próprio jogo. Nosso problema central, neste capítulo, é descobrir as políticas mais comumente perseguidas pelos administradores na direção da empresa; quais seriam seus objetivos. Para responder a esta questão e pesquisar a motivação dos diretores, tentaremos retirar o problema dos estreitos moldes utilitaristas da análise convencional e considerá-lo a partir de uma perspectiva mais ampla. Utilizaremos as informações disponíveis de outras ciências sociais e da escola behaviorista para propormos finalmente um sistema constituído por elementos psicológicos, sociológicos e econômicos tais como 'desejo de ascensão', 'auto-identificação', orientação de classe, e desejo de poder, status, riqueza e segurança pessoal."(13)

(12) MARRIS, Robin - Op. cit., p.2.

(13) MARRIS, Robin - Op. cit., p.47.

Para os referidos críticos da suposta tecnocracia, trata-se sobretudo de demonstrar a subordinação daqueles que dirigem o processo produtivo àqueles que detêm a propriedade dos meios de produção e subsistência. Ferdinand Lundberg, após verificar cuidadosamente os estudos sobre a distribuição da propriedade nos Estados Unidos, constata que a dispersão dos acionistas é pura mistificação pois, em termos agregados, as ações e a riqueza em geral encontram-se extremamente concentradas. O poder está com os capitalistas e os administradores contratados são verdadeiros "caães de fila ou fiscais que guardam as imensas riquezas" e tomam "decisões que redundam em lucros financeiros"(14).

"O executivo de cúpula assalariado se distingue dos donos da empresa, às vezes por herança, e muito se parece com um pássaro pescador da China, que leva um laço amarrado na garganta. O laço não lhe tira a respiração, mas também não deixa que engula o peixe apanhado, que êle traz direitinho de volta ao barco de seu dono. De vez em quando, afrouxam um pouco o laço e deixam que êle engula um peixe; é o dia do pagamento. O pássaro é um participante do processo numa base percentual estabelecida por outros."(15)

Se a propriedade ao nível das sociedades por ações encontra-se dispersa, não será a concentração da riqueza social que guiará cada empresa. Uma coisa é a dispersão da pro-

(14) LUNDBERG, Ferdinand - Os Ricos e os Super-Ricos (tradução). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972-p.474.

(15) LUNDBERG, Ferdinand - Op. cit., p.480.

priedade dentro da empresa, outra bem distinta é a distribuição da propriedade de um indivíduo entre diversas empresas - o que, por um lado, pode garantir a concentração da propriedade em termos agregados mas, ao mesmo tempo, reforça o afastamento do capitalista do processo de produção e deixa por explicar o comportamento da "tecnocracia".

Frente ao impasse surgido (o poder está nas mãos dos tecnocratas ou dos capitalistas), Wright Mills assume uma atitude conciliatória.

"Sessenta famílias brilhantes, dotadas de espírito de clã, não dominam a economia americana, nem nesta ocorreu qualquer revolução silenciosa de gerentes que tenham expropriado o poder e os privilégios dessas famílias. A verdade que existe em ambas essas caracterizações se revela menos fielmente com expressões como 'as sessenta famílias da América', ou 'a revolução dos gerentes', do que como uma reorganização administrativa das classes proprietárias formando a camada mais ou menos unificada dos ricos associados."(16)

Baran e Swezzy ainda acham necessário ressaltar a origem comum dos administradores e proprietários. numa fuga à problemática, tentam amarrar uns e outros por cima.

"A verdade é que a camada administrativa é a parte mais ativa e influente da classe dos proprietários. Todos os estudos mostram que seus membros são recrutados principalmente

(16) MILLS, C. Wright - A Elite do Poder (tradução). Rio de Janeiro, Zahar, 1968 - p.179.

das camadas média e superior da estrutura de classes; confundem-se por vezes com o que C. Wright Mills chama de 'os muitos ricos'; com poucas e insignificantes exceções são homens ricos, independentemente das grandes rendas e amplos privilégios que obtêm de suas ligações empresariais. É certo, sem dúvida, como já ressaltamos, que, na grande empresa típica, a administração não está sujeita ao controle do acionista, e nesse sentido a 'separação entre propriedade e controle' é uma realidade. Mas não há justificativa para concluir-se disso que a administração em geral está divorciada da propriedade em geral. Pelo contrário, os dirigentes estão entre os maiores donos; e, devido às posições estratégicas que ocupam, funcionam como os protetores e porta-vozes de toda a propriedade em grande escala. Longe de serem uma classe à parte, constituem na realidade o principal escalão da classe dos proprietários."(17)

Para se compreender o comportamento dos que dirigem o processo produtivo de nada adianta a sua relação com a mencionada "propriedade em geral" - na verdade, não se sabe quais são os mecanismos que ligam a referida administração em geral à propriedade em geral. Os esforços devem ser dirigidos para que se retire a discussão deste lodo em que foi submersa. Torna-se necessário descer ao nível do mercado e recolocar o problema sobre as bases objetivas em que a pro-

(17) BARAN, Paul A. e SWEEZY, Paul M. - Capitalismo Monopolista (tradução). Rio de Janeiro, Zahar, 1974-pp43-44.

dução é acionada. Enquanto a propriedade sob a forma de capital financeiro valoriza-se "fora" do processo produtivo através da distribuição da mais-valia entre portadores de títulos de renda e da redistribuição organizada na bolsa de valores, deve-se acompanhar o capital produtivo em seu percurso próprio e desvendar o comportamento das empresas quando o capitalista deixa de ser dirigente industrial, isto é, quando "a produção capitalista chegou a um ponto em que frequentes vezes se vê o trabalho de direção por inteiro dissociado da propriedade do capital" e "não é mais necessário que o capitalista exerça esse trabalho de direção"(18).

Para que possamos enquadrar o procedimento das empresas que a "tecnocracia" dirige, consideremos os objetivos apontados pelo mais popular entre todos os teóricos. Em sua obra posterior ao consagrado "Novo Estado Industrial", "A Economia e o Objetivo Público", Galbraith enumera dois objetivos básicos da tecnocracia: o objetivo negativo, que é o por conservação de seu poder, e o objetivo afirmativo, que visa a promover seus interesses.

"Os dois principais objetivos da técnica dos grandes empreendimentos técnicos usa seu poder estável para assegurar a continuidade técnica, proteger a autonomia e sua liberdade de ação, e, fundamentalmente, procurando assegurar um nível mínimo de lucros. Em seguida, ela mesma se recompensa afirmativamente com o crescimento."(19)

(18) MARX, Karl - Op. cit., Livro Terceiro, p.445.

(19) GALBRAITH, John Kenneth - Op. cit., p.110.

A proteção da autonomia estaria assegurada por um nível mínimo de lucros enquanto que seus interesses seriam atingidos através do desenvolvimento da empresa, que não está limitada a uma indústria específica, mas, ao contrário, distingue-se pela diversificação da produção. Um nível mínimo de lucros tranquiliza os proprietários e o desenvolvimento da empresa torna possível a promoção de todos os tecnocratas através da criação de novos cargos. Galbraith sustenta que a maximização dos lucros (o objetivo do empresário capitalista) foi substituída pela segurança nos lucros e pelo desenvolvimento (os objetivos da tecnocracia).

Os chamados lucros satisfatórios são decorrente, em primeiro lugar, da formação da taxa de remuneração das ações. Os lucros satisfatórios seriam alguma coisa análoga à taxa de juro pois não haveria incentivos para lucro de empresário. Por outro lado, a busca de lucros satisfatórios como uma forma de "evitar desastres não previstos", antes de ser uma opção da "tecnocracia", é o resultado da mudança no padrão de concorrência provocada pela concentração e centralização do capital. A redução do número de capitais independentes altera o comportamento de cada fragmento, que é levado a considerar o comportamento dos demais. Preços e lucros são relativamente controlados e alargam-se os prazos para a atuação das empresas. Os lucros a curto prazo podem estar subordinados a um prazo mais amplo e a "tecnocracia" absten-se de aventuras para a maximização de lucros imediatos não porque tal medida seria fatal para si, mas antes porque a estrutura

do mercado monopolizado assim o exige.

O desenvolvimento da empresa, o segundo objetivo apontado por Galbraith, é realizado a partir de lucros e portanto remunera a propriedade dos acionistas. O mais importante, entretanto, é que o crescimento da empresa, isto é, a acumulação do capital, deixou de ser o objetivo implícito da direção capitalista preocupada em enriquecer-se, para tornar-se o objetivo explícito da "direção tecnocrática". A "tecnocracia", "por coincidência", assume os objetivos do capital em seu processo de valorização - recusa-se a maximizar os lucros para maximizar a taxa de crescimento da empresa.

"... os diversos fatores acima mencionados levam os administradores a maximizar a taxa de crescimento da empresa em que estão empregados..."(20)

O empresário capitalista desejava valorizar sua propriedade; a "tecnocracia" deseja desenvolver a empresa - ambos controlando o processo de produção e interessados na expansão do capital, ambos historicamente justificados somente em quanto dirigentes do processo produtivo em nome do capital.

"Costuma-se dizer, de um tempo para cá, que o grande grupo já não está impulsionado principalmente pela obtenção do lucro. A afirmação só tem sentido se por 'lucro' se entende a remuneração pessoal dos administradores, cujo enriquecimento nunca foi, de forma alguma, a finalidade do capitalismo, embora fosse o incentivo imediato do capitalista. Mas, deixa de ter sentido se por lucro se entende a fonte da acumulação do capital, a remuneração do capital. O propósito

~~do capital~~ é reproduzir-se a si mesmo em escala ampliada." (21)

A propriedade, o incentivo imediato que reforçava a subordinação do dirigente ao capital, passa a ser prescindível. Através do mercado, a subordinação da direção ao capital passa a ser direta e explícita.

Não é por acaso que a "tecnocracia" abraça os ideais da acumulação, nem tampouco pelos laços diretos que mantêm com a propriedade ou com os proprietários. A subordinação ao capital pode teoricamente prescindir da subordinação aos proprietários. Isto quer dizer que mesmo que os acionistas majoritários simplesmente ratifiquem as decisões assumidas pela informação organizada, a autonomia em relação aos proprietários não se verifica em relação ao capital. Também não se trata de submissão ideológica ao capital. Individualmente, tanto os "tecnocratas" como os empresários capitalistas, ao assumirem a direção do processo produtivo, devem deixar sua "ideologia" em casa, principalmente se ela for contrária ao capital - pois o mercado não está aí como mero acessório ao capitalismo. Não se está frente a uma opção: o comportamento da direção está delimitado por intermédio do mercado, pela conservação e expansão, pela acumulação de cada fragmento do capital social.

(21) BANFI, Rodolfo - "A propósito de 'El Imperialismo' de Lenin" (tradução). In Teoria Marxista del Imperialismo, Pasado y Presente nº10. Córdoba, 1973 - pp.104-105.

"... Enquanto capitalismo, o capitalismo subsiste inalterado seja quais forem os atores encarregados de tomar as decisões empresariais; não importa para nada, e por isso mesmo esse fato não é mencionado na construção do conceito de modo capitalista de produção, saber se os tomadores de decisões são os próprios donos das empresas ou seus genros, o maior acionista ou os pequenos acionistas, os administradores profissionais altamente qualificados ou os próprios operários empregados pela empresa. O que interessa saber é se essas decisões, seja quem for o seu porta-voz, são ou não determinadas pela lógica do movimento de acumulação do capital, ou seja, se são ou não decorrentes da existência das relações objetivas de produção nas quais o capitalismo se fundamenta."(22)

O próprio enquadramento da "tecnocracia" na estrutura de uma empresa já determina a sua função. Não é mais necessário que os proprietários do capital guiem cada movimento dentro da empresa em função da acumulação do capital. O "tecnocrata" ao desempenhar sua atividade, já deve estar consciente de sua função social - ele não está dentro de uma estrutura para contrariá-la ou mesmo ignorá-la. O mercado não comporta, e dentro da empresa não cabe, uma "tecnocracia" objetivamente neutra (fora da empresa, cada "tecnocrata" que seja devoto de sua fé). A acumulação deixa de ser a musa exclusiva do empresário capitalista para torna-se, por força da

(22) MARTINS, Carlos Estevam - Tecnocracia e Capitalismo.

~~estrutura, o elemento inspirador de todos os indivíduos que, juntos, formam os grupos com informação organizada.~~

"Não parecerá estranho a alguém, que tenha a mínima familiaridade com a Engenharia, que os engenheiros pensem deste modo, ou sejam induzidos a isso por todas as circunstâncias do seu trabalho, à medida que se desenvolveu a partir de inícios do século XIX. 'O monograma das nossas iniciais nacionais, que é o símbolo de nossa unidade monetária, o dólar, frequentemente aparece nos números dos cálculos do engenheiro como são os símbolos indicando pés, minutos, libras ou galões', disse Henry R. Towne, industrial e pioneiro da gerência de oficinas, numa monografia à American Society of Mechanical Engineers, em 1886. 'O dólar', disse ele em ocasião posterior, 'é o termo final em quase toda equação que surja na prática da engenharia...' Ou, nas palavras de um químico, mais recentemente: 'Já não mais estou interessado em problemas que não impliquem considerações econômicas. Vim a perceber a Economia como outra variável com que lidar no estudo de uma reação - há pressão, há temperatura e há dólar'."(23)

É a subordinação da "tecnocracia" ao capital e seu desempenho em propiciar a acumulação do capital que possibilita a sua autonomia em relação à propriedade. Galbraith simplesmente inverte a ordem de causalidade: segundo o autor, a

(23) BRAVERMAN, Harry - Op. cit., p.173 (rodapé). O segundo autor citado é Spencer Klaw.

direção pode guiar-se por objetivos próprios porque tornou-se independente da propriedade. Ao contrário, a relação entre propriedade e controle só pode tornar-se prescindível na medida em que a tecnocracia, dentro da estrutura da empresa, identifica-se e assume os objetivos do capital. Os proprietários do capital não precisam mais intervir no processo de produção quando um grupo assume o papel de dirigí-lo em nome do capital.

O mercado regulamenta o comportamento das grandes empresas e assegura a acumulação do capital no processo produtivo, valorizando a propriedade dos acionistas e permitindo "ganhos de fundador" aos grandes capitalistas que dedicam-se à especulação financeira. O controle do processo produtivo em nome do capital pode deixar de ser atributo de quem detém a propriedade dos meios de produção e subsistência passando para administradores não proprietários. O capital gratifica a "tecnocracia" por personificá-lo no processo produtivo, ao mesmo tempo em que os proprietários podem afastar-se da esfera produtiva porque a valorização de sua riqueza encontra-se assegurada a nível do mercado.

O capitalista ativo, no capitalismo concorrencial, personificava o capital como dirigente industrial que controlava o processo de trabalho para que o tempo de trabalho cristalizado nas mercadorias, além de não exceder, por força da concorrência, estivesse sempre aquém do socialmente necessário a sua produção. A expansão da propriedade do capitalista monetário, que entregava seu capital- dinheiro e renunciava

~~a qualquer controle sobre o processo de produção, correspon-~~
~~dia à consumação do caráter fetichista do capital. Com a con~~
~~centração e centralização do capital, as estruturas técnicas~~
~~que dirigem as complexas unidades de produção independentes,~~
~~podem, por força do mercado, assumir o controle, personifi-~~
~~cando o capital no processo de produção de mais-valia. Os ca~~
~~pitalistas transformam-se em capitalistas financeiros que re-~~
~~partem no conturbado mercado de valores a mais-valia extrai-~~
~~da no processo produtivo. É a mistificação do capital levada~~
~~às últimas consequências.~~

CAPÍTULO IV

A "TECNOCRACIA": DUAS FONTES, DUAS CORRENTES

A autonomia dos administradores em relação aos proprietários assume um aspecto trágico para Burnham, que a considera derivada da complexidade das funções diretivas, assim como transforma Berle e Means, que a derivam da democratização e desarticulação da propriedade, nos ideólogos da tecnocracia. Em Galbraith, que sobrepõe as duas argumentações, e portanto não será utilizado, pode-se encontrar tanto o aspecto apocalíptico como o apologético, ambos amenizados pela própria sobreposição das argumentações.

1. O MODO DE PRODUÇÃO TECNOBUROCRÁTICO

A "tecnocracia", para Burnham, torna-se dominante através da complexidade crescente nas funções diretivas da grande empresa. Trata-se de um problema eminentemente técnico que independe da forma de organização da empresa - individual, por ações, estatal. Os administradores, através da estrutura técnica, passam a dirigir as empresas com objetivos específicos e, seguramente, em proveito próprio. Os diretores técnicos, controlando o processo produtivo, apoderam-se do Estado e instauram um governo despótico que explora o povo para oferecer um tratamento preferencial aos tecnocratas.

"... o grupo ou grupos que possuem o controle dos meios de produção desfrutará também de preferências na distribuição dos produtos destes instrumentos. Ou, em outras pala-

vras: os mais poderosos (em termos de relações econômicas) serão também os mais ricos... Os grupos e classes sociais são, e valha a palavra, 'egoístas'; utilizam seu controle em benefício próprio (embora não necessariamente exclusivo)."(24)

"... O controle sobre os meios de produção é decisivo e, uma vez consolidado, acarretará o controle sobre o tratamento preferencial na distribuição."(25)

Explorando os trabalhadores e desfrutando da preferência na distribuição do produto, os administradores poderão ainda reservar parte do trabalho excedente para investimento estatal destinado a aumentar o produto que é consumido pelas classes dominantes. O consumo seria o fim em torno do qual se organizaria este modo de produção.

Luiz Carlos Bresser Pereira, que vê nos países subdesenvolvidos um atalho para o modo de produção tecnoburocrático, assume integralmente as posições de Burnham. Como este, identifica modo de produção capitalista como privilégios dos capitalistas e privilégios dos administradores como modo de produção tecnoburocrático. Estaríamos numa fase de transição porque os "tecnoburocratas" ganham crescentes prerrogativas. Para Bresser, mercadoria, dinheiro, capital-mercadoria força-de-trabalho, concorrência e desenvolvimento das forças produtivas articulam o modo capitalista de produção, em que o excedente econômico, na forma de lucro, confere a uma minoria a condição de beneficiária por excelência do sistema. A

(24) BURNHAM, James - Op. cit., p.125.

(25) BURNHAM, James - Op. cit., p.126.

valorização do capital não tem lugar neste modelo. O autor, reportando-se à fase em que "o capitalismo continua assim o modo de produção dominante, ainda que os traços do modo de produção tecnoburocrático já se façam sentir de maneira marcante", revela que os capitalistas "continuam ricos e poderosos, controlam ainda grande parte do capital e auferem lucros consideráveis utilizados para o consumo suntuário"(26).

O modelo de "Estado Tecnoburocrático" é o Estado Soviético e a trilha que liga a "tecnocracia" na empresa ao "Estado Tecnoburocrático" fundamenta-se, naturalmente, na ingênua concepção de que as pessoas que controlam os meios de produção controlam o Estado. Tais teóricos não poderiam evidentemente compreender a "tecnocracia" na empresa como personificação do capital no capitalismo monopolista se desconhecem a especificidade do capitalismo e mesmo os mecanismos de uma sociedade mercantil em que as relações sociais entre homens são transformadas em relações sociais entre coisas.

Ao considerar o capitalista ávido de consumo suntuário o centro do modo de produção, o capitalismo de Burnham e Bresser perde todas as características que transformam o capital em sujeito do modo de produção e o desenvolvimento das forças produtivas em sua justificativa histórica. Somente quem ignora que o controle do processo produtivo é atributo último do capital em processo de auto-valorização, pode con-

(26) PEREIRA, Luiz Carlos Bresser - Estado e Subdesenvolvimento Industrializado. São Paulo, Brasiliense, 1977-p.41.

cluir que a substituição dos capitalistas pela burocracia em presarial conduz a um Modo de Produção Tecnoburocrático.

"Não é de admirar que aqueles que como Bresser Pereira, pensando as relações de produção capitalistas como relações entre indivíduos, ou mesmo grupos, veja a burocratização como uma relação que permite a substituição de alguns indivíduos por outros."(27)

Os descaminhos de Bresser não se manifestam na esquematização de seus modelos, mas na compreensão de seus próprios elementos. Para Bresser, no capitalismo a renda é distribuída entre salário e lucro, sendo o lucro correspondente a bens de consumo de luxo e bens de produção; já no modo de produção tecnoburocrático, a renda distribui-se entre salário, ordenado e lucro estatizado, este último correspondente a bens de produção. O estabelecimento formal das relações entre produto, renda e dispêndio nos dois modos de produção constituem um bom exercício, mas eis que surge a interpretação reveladora:

"... No capitalismo, a burguesia apropria-se do excedente através do lucro ou 'mais-valia'; na tecnoburocracia, o tecnoburocrata apropria-se do excedente através dos ordenados."(28)

(27) BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e LIMA, Luiz Antonio de Oliveira - "O Capitalismo e os Limites da Burocracia". Revista Temas de Ciências Humanas nº3. São Paulo, 1978- p.108.

(28) PEREIRA, Luiz Carlos Bresser - Op. cit., pp.47-48.

"... O ordenado é a remuneração do tecnoburocrata assim como o lucro é a remuneração do capitalista."(29)

Desta forma, o tratamento preferencial aos tecnoburocratas, através dos ordenados utilizados no consumo de luxo, substitui o tratamento preferencial aos capitalistas, através dos lucros. Os tecnoburocratas, assim como os capitalistas, transformam-se em exploradores do trabalho excedente em proveito próprio. Os lucros como a fonte da acumulação do capital são curiosamente ignorados neste contexto. Não deixa de ser interessante a comparação deste capitalismo que privilegia o consumo suntuário da classe dominante, com o capitalismo de Weber, em que a acumulação aparece "combinada com o estrito afastamento de todo gozo espontâneo da vida". Se Bresser desconsidera a própria razão de ser do modo de produção capitalista, Weber, ao contrário, deixa de considerar o tratamento preferencial do capital ao elemento que o personifica.

A incompreensão da categoria capital é que leva Bresser a visualizar a substituição do capitalismo por um modo tecnoburocrático de produção. A maneira como os conceitos são utilizados não poderia mesmo conduzir a outra coisa. Bresser Pereira, mesmo em sua resposta à crítica de Giannotti, invocando um materialismo histórico e dialético, admite: "nada mais afastado de minhas preocupações do que as classificações, as definições..."(30).

Esclarece na obra, e reafirma em "A Partir da Crítica",

(29) PEREIRA, Luiz Carlos Bresser - Op. cit., p.54.

(30) PEREIRA, Luiz Carlos Bresser - "A Partir da Crítica".

que "o processo de generalização da mercadoria, ou seja, a transformação de todos os bens em mercadorias dotadas de valor de troca e destinadas a serem comercializadas no mercado, traço essencial do capitalismo, também deixa de ocorrer no modo de produção tecnoburocrático"(31); abre um item para esclarecer que "no capitalismo, em seu estado puro, o trabalho é uma mercadoria; no estatismo deixa de sê-lo"(32) - para finalizar considerando que "as características comuns aos modos de produção capitalista e tecnoburocrático são aquelas que derivam da formação de sociedades industriais: a existência de bens de produção separados dos trabalhadores e a generalização de mercadoria, a redução do trabalho a mercadoria". (33)

Detenhamo-nos agora no conceito de capital. Neste não há simplesmente ambigüidade, como nos demais. Afirmar que o capital é uma relação social de produção "para criar um valor de troca maior e assim extrair mais-valia"(34), sem que seja explicitado que a extração da mais-valia justifica-se pelo desenvolvimento das forças produtivas e para a acumulação do capital é o que, indubitavelmente, dá margens a compor um modo de produção cujo motor é o consumo de uma classe

Estudos Cebrap nº 20. São Paulo, 1977 - p.157.

(31) PEREIRA, Luiz Carlos Bresser - Estado e Subdesenvolvimento Industrializado, p.49.

(32) PEREIRA, Luiz Carlos Bresser - Op. cit., p.52.

(33) PEREIRA, Luiz Carlos Bresser - Op. cit., p.66.

(34) PEREIRA, Luiz Carlos Bresser - "A Partir da Crítica", p158.

~~proprietária dos meios de produção. É, em suma, enriquecer o conceito de valor para erguer um modo de produção "capitalista" à base de valores-de-uso, ou seja, bens de luxo, pois a apropriação do excedente na forma de bens de consumo suntuário pode prescindir da generalização da mercadoria. Portanto, o melhor mesmo é indagar-se sobre a forma que reduz os trabalhos autônomos a trabalho social.~~

Em sua crítica, Giannotti pergunta "como se resolve o problema da reposição do ordenado?" (35). Se a produtividade do tecnoburocrata é a base econômica do ordenado, voltamos, mas por caminhos diversos, à confusão originada pelo lucro de empresário. Marx havia pensado que "ao desenvolverem-se as cooperativas, do lado dos trabalhadores, e as sociedades por ações, do lado da burguesia, dissolveu-se o derradeiro subterfúgio empregado para confundir o lucro de empresário com o salário de direção", pois este salário "encontra nível e preço de mercado determinados, como qualquer outro salário, em virtude de se constituir numerosa classe de dirigentes industriais e comerciais" (36). Entretanto, o problema ressurgem às avessas, transformando-se a atividade de direção e o respectivo salário em elementos de um novo modo de produção. Para quem considera o capitalismo um modo de produção que permite um consumo suntuário para os proprietários do capital,

(35) GIANNOTTI, José Arthur - "Em Torno da Questão do Estado e da Burocracia". Estudos Cebrap nº 20. São Paulo, 1977 - p. 127.

(36) MARX, Karl - Op. cit., Livro Terceiro, pp.447-448.

os crescentes privilégios com que o capital gratifica a "tecnocracia" que em seu nome comanda o processo produtivo, só podem ser marcas de transição: os capitalistas ainda são beneficiados, mas os tecnoburocratas estão ganhando prerrogativas e logo se tornarão os beneficiários por excelência do sistema.

Não existe uma reta que se inicia na burocracia da empresa, passa pelo Estado do capitalismo monopolista e termina no Estado Soviético. Através do estudo da personificação do capital no processo produtivo, pensamos ter esclarecido que não há teoria capaz de derivar um Modo de Produção Tecnoburocrático da burocracia na empresa. O Estado Soviético, ao invés de entrar para a coleção dos modos de produção, deveria ser estudado em seu próprio contexto histórico, no desenredo de um processo em que a separação entre o trabalho e os meios de produção foi reproduzida e o trabalho não conseguiu alcançar o caráter diretamente social. O Estado nesta "fase de transição do capitalismo para o modo de produção tecnoburocrático", por outro lado, mereceria um tratamento específico que desvendasse as metamorfoses que se operam no capital em seu processo de reprodução em escala ampliada, em que, para sua própria continuidade, o capital é levado a assumir elementos transformados, marcas doutra era.

2. A DEMOCRATIZAÇÃO DO CAPITAL

A segunda vertente dos teóricos da tecnocracia, os ideólogos, entrincheira-se em torno da dispersão da propriedade. Berle e Means, em 1932, anunciaram que o capital estava em franco processo de democratização.

"É evidente que a dispersão da propriedade atingiu uma extraordinária dimensão entre as grandes companhias e progrediu para uma considerável extensão entre as médias. Além disso, pode-se dizer que para a expansão da empresa, o mais comum é a difusão de sua propriedade entre um grande número de indivíduos."(37)

"A passagem da propriedade das mãos de poucos empresários para inúmeros investidores, levanta a questão sobre quem são estes investidores, de que classe de renda se originam - em outras palavras, quem são agora os proprietários das indústrias."(38)

"As declarações de imposto de renda mostram não somente a presente distribuição da propriedade entre grupos econômicos, mas a evolução na última década. Desde o princípio do levantamento em 1916, manifesta-se um deslocamento na propriedade das indústrias de pessoas com altas rendas para pessoas com moderados meios."(39)

Como decorrência, e para a felicidade geral, a democra-

(37) BERLE Jr., A.A. and MEANS, G.C. - Op. cit., p.52.

(38) BERLE Jr., A.A. and MEANS, G.C. - Op. cit., p.59.

(39) BERLE Jr., A.A. and MEANS, G.C. - Op. cit., pp.60-62.

tização da propriedade trouxe ainda a transferência do controle das empresas dos empresários maximizadores de lucros para os administradores profissionais, verdadeiros paladinos da justiça social.

Os críticos desmistificam a democratização utilizando-se dos dados que demonstram a concentração das ações entre a já reduzida população acionista.

"Os 6,5 milhões de pessoas que possuíam ações em sociedades anônimas em 1952 constituem menos de 7% da população adulta. Mas isso não é tudo - esse fato, em si, pode induzir a erro. O importante é saber, em primeiro lugar, quais os tipos de pessoas que tinham ações. E segundo, como se distribui a proporção de ações que possuem.

"Em primeiro lugar: 45% dos executivos, 26% de todos os liberais, e 19% de todos os que têm cargos de supervisão, têm ações. Mas apenas 0,2% dos trabalhadores não-especializados, 1,4% dos semi-especializados e 4,4% de capatazes e trabalhadores especializados têm ações. Cerca de 98,6% de todos os trabalhadores da indústria não possuem qualquer ação.

"Segundo, em 1952 apenas 1,6 milhões (25%) dos 6,5 milhões de pessoas que tinham ações receberam \$ 10 000 anuais de todas as fontes reunidas. Não sabemos que parte, dessa importância, vinha de dividendos, mas há razões para acreditar que a proporção média não fôsse grande. Em 1949, cerca de 165 000 pessoas - ou um décimo de 1% de todos os adultos dos E.U.A. - receberam 42% de todos os dividendos de empresas destinados a indivíduos. A renda mínima dessas pessoas, na-

quele ano, foi de \$ 30 000. A idéia de uma distribuição realmente ampla da propriedade econômica é uma ilusão fomentada: na melhor das hipóteses, 0,2 ou 0,3% da população adulta possui ações, realmente compensadores, do mundo das sociedades anônimas." (40)

Contudo, e isto nos interessa particularmente, tanto os ideólogos como seus críticos, embriagados pelas estatísticas, estão considerando análogas a democratização do capital e a socialização dos meios de produção e subsistência. Os primeiros até vangloriam-se desta via pacífica e civilizada em busca da sempre almejada socialização.

A democratização do capital não poderia ser, entretanto, nada mais que a socialização da propriedade combinada com a manutenção de sua forma privada ou seja com a manutenção do caráter apenas mediatamente social dos trabalhos autônomos. Se as unidades de produção continuam independentes, conserva-se o caráter privado do trabalho e prevalece a mercadoria. Esta socialização, que não significa trabalho diretamente social, só poderia ser pensada como "socialização privada".

No limite da "socialização privada", aparecem as cooperativas de trabalhadores que, submetendo seus produtos à troca, necessariamente transformam os trabalhadores associados em capital personificado que extrai de si mesmo a mais-valia

(40) MILLS, C. Wright - Op. cit., pp.147-148.

para a acumulação.

"As fábricas das cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os de feitos do sistema capitalista. Mas, dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção pa ra explorar o próprio trabalho."(41)

(41) MARX, Karl - Op. cit., Livro Terceiro, p.509.(grif.nos.)

BIBLIOGRAFIA

- BAIN, Joe S. - "The General Explanation of the Development of Concentration". In MANSFIELD, E (ed) - Monopoly Power and Economic Performance. New York, Norton, 1968.
- BANFI, Rodolfo - "A Propósito de 'El Imperialismo' de Lenin" (tradução). In Teoria Marxista del Imperialismo, Pasado y Presente nº10. Córdoba, 1973.
- BARAN, Paul A. e SWEEZY, Paul M. - Capitalismo Monopolista (tradução). Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello - Um Estudo sobre a Crítica da Economia Política (tese - mimeo). Campinas, UNICAMP, 1975.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e LIMA, Luiz Antonio de Oliveira - "O Capitalismo e os Limites da Burocracia". Revista Temas de Ciências Humanas nº3. São Paulo, 1978.
- BERLE Jr., Adolf A. and MEANS, Gardiner C. - The Modern Corporation and Private Property. New York, Macmillan, 1940.
- BRAVERMAN, Harry - Trabalho e Capital Monopolista (tradução). Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- BURNHAM, James - La Revolución de los Directores (tradução). Buenos Aires, Sudamericana, 1967.
- DALLEMAGNE, J. L. - La Inflacion Capitalista (tradução). Barcelona, A. Redondo, 1972.
- GALBRAITH, John Kenneth - O Novo Estado Industrial (tradução). Lisboa, Dom Quixote, 1973.
- GALBRAITH, John Kenneth - A Economia & o Objetivo Público (tradução). São Paulo, Martins, 1975.

- GIANNOTTI, José Arthur - O Trabalho e a Reflexão - Cap.IV - Formas de Sociabilidade Capitalista (versão preliminar - mimeo). São Paulo, CEBRAP, 1977.
- GIANNOTTI, José Arthur - "Em Torno da Questão do Estado e da Burocracia". Estudos Cebrap nº 20. São Paulo, 1977.
- GORZ, André - "Divisão do Trabalho, Hierarquia e Luta de Classes" (tradução). In Divisão Social do Trabalho, Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista, Escorpião nº 10. Porto, 1974.
- HILFERDING, Rudolf - El Capital Financiero (tradução). Madrid, Tecnos, 1973.
- KEYNES, John Maynard - Teoria Geral do Emprêgo, do Juro e do Dinheiro (tradução). Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1970.
- LABINI, Paolo Sylos - Oligopolio e Progreso Técnico (tradução). Barcelona, Oikos-Tau, 1966.
- LUNDBERG, Ferdinand - Os Ricos e os Super-Ricos (tradução). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- MARGLIN, Stephen - "Origens e Funções do Parcelamento das Tarefas" (tradução). In Divisão do Trabalho, Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista, Escorpião nº10. Porto, 1974.
- MARRIS, Robin - The Economic Theory os "Managerial" Capitalism. New York, Basic Books, 1968.
- MARTINS, Carlos Estevam - Tecnocracia e Capitalismo. São Paulo, Brasiliense/CEBRAP, 1974.
- MARX, Karl - O Capital (tradução). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

- ~~MARX~~, Karl - El Capital, Libro I, Capitulo VI Inedito (tradução). Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1974.
- MILLS, C. Wright - A Elite do Poder (tradução). Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- NAPOLEONI, Claudio - Fisiocracia, Smith, Ricardo, Marx (tradução). Barcelona, Oikos-Tau, 1974.
- PANZIERI, Raniero - "Sobre el Uso Capitalista de las Máquinas" (tradução). In La Division Capitalista del Trabajo, Pasado y Presente nº32. Córdoba, 1974.
- PENROSE, Edith Tilton - Teoria del Crecimiento de la Empresa (tradução). Madrid, Aguilar, 1972.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser - Estado e Subdesenvolvimento Industrializado. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser - "A Partir da Crítica". Estudos Cebrap nº20. São Paulo, 1977.
- PIGNON, Dominique e QUERZOLA, Jean - "Democracia e Autoritarismo na Produção". (tradução). In Divisão Social do Trabalho, Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista, Escorpião nº10. Porto, 1974.
- SCHUMPETER, Joseph A. - Capitalismo, Socialismo e Democracia (tradução). Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- STEINDL, J. - Maturity and Stagnation in American Capitalism. Oxford, Basil Blackwell, 1952.
- TAVARES, Maria da Conceição - "Distribuição de Renda, Acumulação e Padrões de Industrialização". In TOLLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (orgs.) - A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

TRAGTEMBERG, Maurício - Burocracia e Ideologia. São Paulo, Ática, 1974.

WEBER, Max - A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo (tradução). São Paulo, Pioneira, 1967.